



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

DECRETO N.º 46.237 — DE 18 JUNHO DE 1959

ANO XIX — N.º 67

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1978

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Diretoria de Transporte Rodoviário

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 21/78 - Dr.T.R.

O Diretor da Diretoria de Transporte Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), usando da competência que lhe conferem os artigos 85, item III, e 113, item II, do Regimento Interno do D.N.E.R., aprovado pela Portaria nº 36, de 13 de janeiro de 1975, do Ministro de Estado dos Transportes, e

Considerando a necessidade de investigar acidentes de trânsito em que são envolvidos veículos empregados no transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros, para tomada de medidas que forem cabíveis à luz das disposições regulamentares,

Considerando o interesse para a segurança do sistema de transporte rodoviário coletivo em se dispor de registro cadastral atualizado sobre os acidentes de trânsito, ocorridos com os veículos em serviços interestaduais e internacionais, a fim de mensurar a evolução dos índices de acidentes e de proceder a análises estatísticas que venham a orientar medidas preventivas de aumento da segurança do transporte, sem prejuízo de definição das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis,

Considerando os benefícios que podem redundar da uniformização dos procedimentos e instrumentos de comunicação usados por ocasião da ocorrência dos acidentes de trânsito, envolvendo veículos de transporte coletivo nos serviços interestaduais e internacionais,

R E S O L V E

estabelecer, para o registro dos acidentes e a disciplina para as designações, atribuições e procedimentos dos Grupos de Investigação Técnico-Operacionais, a sistemática a seguir indicada:

C A P Í T U L O I

DA COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE PELA EMPRESA

Art. 1º - As empresas que prestam serviços rodoviários interestaduais ou internacionais de transporte coletivo de passageiros, no caso de envolvimento de ônibus que utilizem nesses serviços em acidentes de que resultem ou não vítimas, ficam obrigadas a:

- I - comunicar imediatamente, e por qualquer meio, a ocorrência à autoridade rodoviária federal que for encontrada mais próxima do local do acidente;
- II - fornecer, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do acidente, ao Chefe do Distrito

Rodoviário Federal (D.R.F.) com jurisdição sobre a unidade federativa em que houve a ocorrência, informação escrita sobre o acidente, mediante a utilização, em três vias, do formulário de cadastramento denominado de "Comunicação de Acidentes" (CA), conforme modelo anexo.

- III - No caso de resultarem do acidente vítimas fatais ou vítimas com lesões graves, além da informação referida no item II, a empresa deverá, no prazo adicional de 15 (quinze) dias, entregar no mesmo D.R.F. uma cópia do registro da ocorrência e respectivo laudo pericial, lavrados pelo Órgão Policial competente, ou informar as razões do não atendimento.

Art. 2º - Para efeito desta instrução, ficam conceituadas como:

- I - ACIDENTE - todo o acontecimento extraordinário que, quebrando a regularidade, a normalidade na prestação do transporte coletivo, causar danos a terceiros, sejam pessoais, sejam simplesmente materiais ou impossibilitar o prosseguimento daquela prestação com o mesmo veículo que a iniciou.
- II - VÍTIMAS FATAIS - as que forem declaradas mortas no próprio local do acidente ou que falecerem nos três dias subsequentes ao acidente.
- III - VÍTIMAS COM LESÕES GRAVES - as que forem hospitalizadas, ficando internadas para tratamento, por mais de três dias.
- IV - VÍTIMAS COM LESÕES LEVES - as que não necessitem hospitalização ou que hospitalizadas tenham condições de receber alta nos três dias subsequentes.

C A P Í T U L O II

DOS PROCEDIMENTOS DOS DISTRITOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

Art. 3º - Nos casos de acidentes sem vítimas ou de que resultaram vítimas com lesões leves, o D.R.F., em cuja jurisdição se deu a ocorrência, ao tomar conhecimento da mesma, procederá da seguinte forma:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

EXPEDIENTE

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES CHEFE DO SERVIÇO EDITORIAL
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO **MARIA LUZIA DE MELO**

DIÁRIO OFICIAL
SEÇÃO I - PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada
(Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Semestral.....	Cr\$ 105,00	Semestral.....	Cr\$ 80,00
Anual.....	Cr\$ 210,00	Anual.....	Cr\$ 160,00
EXTERIOR		EXTERIOR	
Anual.....	Cr\$ 300,00	Anual.....	Cr\$ 250,00

PORTE AÉREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E. C. T.
(Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília

NÚMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

• **Horário da Redação**

O Setor de Redação funciona, para atendimento do público, das 11 às 17 horas.

• **Dos Originais**

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até as 17 horas, o expediente destinado à publicação.

— Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D. I. N.

— Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

• **Reclamações**

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

• **Assinaturas**

As assinaturas para o exterior serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

— As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

— Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

• **Remessa de Valores**

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil S. A., a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

AS EDIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
ACHAM-SE À VENDA:

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I — Ministério da Fazenda

Posto de Venda II — Palácio da Justiça, 3.º pavimento - Corredor D - Sala 311.

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Na Capital Federal

Na sede do DIN — Setor de Indústrias Gráficas

- I - enviará, imediatamente, à Divisão de Transporte de Passageiros (D.T.P.), da Diretoria de Transporte Rodoviário, comunicação por rádio ou telex contendo os seguintes dados:
- a) tipo do acidente e local da ocorrência;
 - b) nome da transportadora;
 - c) prefixo da linha e sentido da viagem no momento do acidente;
 - d) horário da saída do ônibus da localidade de origem.

- II - Uma vez recebida a "Comunicação de Acidente" (CA), conforme estipulado no artigo 19, Item II, remeterá sua 1.ª via à D.T.P., devolvendo a 3.ª via à empresa, e retendo a 2.ª via para o registro e controle do próprio Distrito.

Parágrafo Único - Quando o veículo de transporte coletivo envolvido no acidente não estiver executando serviço regular, o D.R.F. fornecerá informações, em substituição às indicadas na alínea c do Item I deste artigo, que identifiquem a modalidade de serviço e as localidades de origem e destino.

Art. 49 - Quando, em decorrência do acidente, houver vítimas fatais ou vítimas com lesões graves, o D.R.F., em cuja jurisdição se deu a ocorrência, ao tomar conhecimento da mesma, procederá como segue:

- I - enviará, imediatamente, comunicação à D.T.P., na forma indicada no Item I do artigo 39, informando também a quantidade de feridos e/ou de mortos;
- II - designará um Grupo de Investigação Técnico-Operacional (GITO), constituído de três servidores, preferencialmente com a participação do Chefe do Serviço de Transporte Rodoviário e de um Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica, com a atribuição de:
 - a) investigar as causas do acidente, atendendo as disposições do Art. 59, articulando-se com as demais autoridades onde a empresa opere linhas interestaduais e internacionais, com vistas à obtenção das informações que possam auxiliar na investigação;
 - b) enviar à D.T.P. a 1.ª via da "Comunicação de Acidente" (CA), que for recebida em atendimento ao previsto no Item II, do artigo 19, devolvendo a 3.ª via à empresa, e utilizando a 2.ª via para instruir o relatório da investigação;
 - c) requisitar da autoridade rodoviária ou de trânsito da jurisdição sobre o local da ocorrência, cópia de todos os registros referentes ao acidente, para servirem de instrução ao processo da investigação.
 - d) oferecer relatório conclusivo, observado o disposto no artigo 69.

Art. 59 - As investigações deverão abranger o exame e a análise dos documentos oficiais apresentados, a tomada de depoimentos dos motoristas e de testemunhas, o estudo do laudo pericial, incluindo ainda outros elementos de informações ou de provas e providências complementares da reconstituição técnica do acidente, quando necessário à apuração de causas e responsabilidades, admitida a assistência da empresa, por seus representantes legais, à tomada de depoimentos e à reconstituição do acidente, dando-se-lhe prévia ciência de tais atos.

§ 19 - Serão necessariamente verificados os discos de tacógrafo correspondentes à viagem do veículo acidentado, bem como as guias de serviço e certificado de inspeção médica do motorista envolvido; deverá ser também verificada, junto à administração da empresa transportadora, a adequação dos procedimentos referentes a:

- a) análise de discos de tacógrafo;
- b) controle de jornada de trabalho de motoristas;
- c) medidas de segurança adotadas pela empresa;
- d) treinamento e reciclagem de motoristas;
- e) manutenção dos veículos.

§ 29 - Serão verificadas, para enquadramento das transportadoras nas penalidades previstas nos artigos 75 a 77 do Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais de Transporte Coletivo de Passageiros, a ocorrência de infrações a preceitos do mesmo por parte da empresa e de seus prepostos, na oportunidade do acidente ou posteriormente, pela apresentação de informações ou dados falsos ou ainda pelo não cumprimento das exigências contidas no artigo 19 desta Instrução.

CAPÍTULO III

DO RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

Art. 69 - O relatório, redigido em linguagem clara e objetiva, deverá abranger:

- I - Histórico resumido dos fatos, apoiado na reconstituição do acidente, indicando:
 - a) informações sobre os veículos envolvidos - (tipo, placa, número de ordem, certificado de vistoria e outros) identificando-os por VEÍCULO-1, VEÍCULO-2, etc., de forma que no restante do relatório os veículos possam ser referidos apenas por essas denominações;
 - b) modalidade do serviço e, quando cabível, identificação da linha interestadual ou internacional operada pelo ônibus;
 - c) identificação completa dos motoristas envolvidos;
 - d) descrição do acidente, mencionando entre outros aspectos e na ordem que melhor atender ao relato:
 - hora do acidente
 - de onde provinham os veículos
 - local da ocorrência
- características da rodovia no local do acidente (curva, declividade, lombada, ponte, etc.);
- condições do tempo (madrugada, escuro, chuva, visibilidade, etc.);
- como se verificou o acidente (suposta ou declaradamente), fase por fase;
- consequências do acidente (mortos, feridos, danos, etc.).

II - Descrição dos levantamentos procedidos, destacando, entre outros:

- a) os aspectos referentes à movimentação dos veículos e à conduta atual e pregressa dos motoristas envolvidos;
- b) os pontos contraditórios ou obscuros verificados nas diferentes peças do processo, bem como as soluções encontradas ou propostas para essas dúvidas;
- c) as deduções extraídas de cada um dos aspectos referidos em a;
- d) os raciocínios, cálculos matemáticos, informações, observações, etc., que conduziram às deduções.

III - Finalizar, conclusivamente, o relatório, reportando-se às análises e verificações procedidas de acordo com o disposto no art. 59, oferecendo sugestões objetivando minimizar a repetição de acidentes do tipo investigado.

Art. 79 - Concluída a investigação o D.R.F. competente enviará o processo à Divisão de Transporte de Passageiros, acompanhado dos comentários e proposições que considerar cabíveis.

§ 19 - A Divisão de Transporte de Passageiros apreciará o processo e o submeterá à Diretoria de Transporte Rodoviário, para julgamento.

§ 29 - Quando a instrução processual resultar imputação de responsabilidade à empresa transportadora, a Dr.T.R. abrirá vista do processo à empresa envolvida, para oferecimento de esclarecimentos e de defesa, em prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por idêntico período, a critério do D.N.E.R., em decorrência de pedido justificado da parte.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 89 - Para efeito de controle do cumprimento das disposições contidas nesta Instrução, os Chefes dos Distritos Rodoviários Federais poderão articular-se diretamente com outras autoridades rodoviárias e de trânsito, no sentido de estabelecer com elas convênios de intercâmbio de informações sobre acidentes ocorridos com veículos de transporte coletivo de passageiros que operam em linhas controladas pelas respectivas autoridades.

Art. 99 - A presente instrução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1978.

BEL. LUIZ CARLOS DE URQUIZA NÓBREGA
DIRETORIA/DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DIRETOR

ANEXO DA INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 21/78 - Dr.T.R.

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE (CA)										
EMPRESA	NOME							REGISTRO D.N.E.R.		
ÔNIBUS	Nº DE ORDEM	Nº DA PLACA	U.F.	MARCA DO CHASSIS	MARCA DA CARROCERIA					
MOTORISTA	NOME							PRONTUÁRIO	U.F.	
LOCAL	ESTRADA (SIGLA, Nº E Km) OU LOGRADOURO, CIDADE E MUNICÍPIO									
MODALIDADE DE SERVIÇO		ORIGEM E DESTINO DA VIAGEM						PREFIXO DA LINHA		
DATA E HORA DO INÍCIO DA VIAGEM				DATA E HORA DO ACIDENTE						
CONSEQUÊNCIAS										
ASSINALE COM X		VÍTIMAS			NÚMERO DE VÍTIMAS					
					NO ÔNIBUS	EM OUTRO(S) VEÍCULO(S)		POR ATROPELAMENTO		
		FATAIS								
		COM LESÕES GRAVES								
COM LESÕES LEVES										
		NÃO HOUVE QUALQUER VÍTIMA								
TIPO DO ACIDENTE COM O ÔNIBUS										
ASSINALE COM X	1	<input type="checkbox"/> Colisão com veículo motorizado em movimento.								1 a 5 ASSINALE nos números de 1 a 5, as ocorrências com colisão ou atropelamento. A a C ASSINALE TAMBÉM nas letras A a C, se a colisão ou atropelamento envolveram queda, capotagem ou tombamento. A a C ASSINALE APENAS nas letras, se a queda, capotagem ou tombamento ocorreram sem colisão ou atropelamento.
	2	<input type="checkbox"/> Colisão com veículo motorizado parado.								
	3	<input type="checkbox"/> Colisão com objeto fixo (casa, muro, árvore, etc.)								
	4	<input type="checkbox"/> Atropelamento de pedestre, ciclista ou cavaleiro.								
	5	<input type="checkbox"/> Atropelamento de animal.								
	A	<input type="checkbox"/> Capotagem								
B	<input type="checkbox"/> Tombamento									
C	<input type="checkbox"/> Queda									
<p>ATROPELAMENTO - acidente em que o veículo, em movimento, colhe pessoa(s) ou animal(is).</p> <p>CAPOTAGEM - acidente em que o veículo gira sobre si mesmo, ficando com as rodas para cima, mesmo que por um momento, embora venha a repousar, no final, em qualquer outra posição.</p> <p>COLISÃO - impacto entre dois veículos em movimento, ou de veículo com objeto fixo ou com outro veículo parado.</p> <p>QUEDA - acidente em que o veículo, saindo da estrada, se despenca (capotando ou não) em despenhadeiro, precipício, rio, etc.</p> <p>TOMBAMENTO - acidente em que o veículo tomba lateralmente.</p>										
EMISSION	ASSINATURA E CARGO DO EMITENTE							RECIBO 'DRF'	Recebi nesta data <input type="text"/>	
									ASSINATURA E MATRÍCULA	

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO DO BRASIL S.A. RELATÓRIO ANUAL - 1977

CARTA AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas:

Tenho a honra de submeter à consideração de V. Sas. o Relatório das atividades do Banco do Brasil durante o ano recém-fimido, no qual estão registrados as iniciativas e os resultados alcançados no período.

No transcurso de 1977, importantes medidas foram adotadas para continuar a adaptação da economia brasileira às condições reinantes na economia internacional.

Estamos vivendo estágios de transição nos campos econômico e político que requerem da nossa parte reflexão e, sobretudo, capacidade para o adequado debate dos problemas maiores que vive o País.

Esse debate, entretanto, somente definirá rumos apropriados à Nação se alicerçado em idéias de conteúdo racional e objetivo.

Questões fundamentais para o relacionamento do Estado com o Setor Privado estão sendo abordadas sob a concepção de que a convivência harmoniosa desses setores constitui elemento vital para o processo de desenvolvimento.

O Banco do Brasil tem demonstrado, ao longo dos anos, ser possível essa convivência. Um dos pontos-chave para a consecução desse objetivo creio residir na prévia e clara definição de regras para o comportamento dos dois setores. Ambos, porém, devem perseguir metas iguais: de aperfeiçoamento, eficiência e produtividade.

Estou convicto de que em nosso País, tão pleno de potencialidades quanto carente de recursos, é periposo obter crescentes ganhos de produtividade.

A simplificação dos processos operacionais, através da incessante reavaliação de sistemas e técnicas utilizados, surge como o caminho lógico para atingir-se o alvo desejado. Se verdadeiro que esta preocupação seja uma constante no setor privado da economia, não menos certo que a ação dos organismos públicos e empresas que lhes são vinculadas deva ter cunho acentuadamente racional.

Na conjuntura presente, recai sobre as empresas governamentais especial responsabilidade de buscarem a maximização da eficiência, evitando desperdícios e contribuindo para o fortalecimento da economia.

No âmbito do Banco do Brasil, várias iniciativas têm sido deflagradas com esse propósito. A reestruturação de seus quadros administrativos, efetuada em meados de 1977, importou na restauração das perspectivas funcionais e, como corolário, redundará em maiores índices de produtividade.

Outras medidas, adotadas ou em curso, conduzirão ao mesmo objetivo, foco central das minhas atenções como Presidente do Banco do Brasil: adequar sua estrutura e ação às dimensões das economias nacional e externa, de modo a responder às crescentes exigências que seu papel requer, como órgão de apoio do Governo.

Com a mesma preocupação o Conselho de Administração aprovou a transformação das ações do Banco em ações sem valor nominal. O Banco foi pioneiro

nessa decisão, coerente com a nova Lei das Sociedades Anônimas.

Preocupou-se o Banco, sobremaneira, com a simplificação do crédito rural. Trata-se de estratégia iniciada em 1976, ampliada durante 1977 e que terá continuidade em 1978.

A agropecuária, setor de vital importância para a economia nacional, reclama urgente e clara definição quanto aos seus rumos. Ao Banco do Brasil, principal financiador no sistema, incumbe posição estratégica nesse esquema.

Por outro lado, é importante ressaltar a presença do Banco no exterior, particularmente quando se amplia consideravelmente nosso intercâmbio comercial com o mundo.

O processo de crescimento da rede externa do Banco do Brasil e da sua participação em entidades estrangeiras teve início vigoroso na administração do Dr. Nestor Jost, que compreendeu a importância da penetração do Banco nos mercados financeiros internacionais.

Ao Dr. Angelo Calmon de sa coube não só consolidar essa política mas, sobretudo, ampliar o processo de expansão das agências no exterior, ao ponto de o Banco dispor, atualmente, de 45 dependências em pleno funcionamento, distribuídas nos cinco continentes.

Assim, a posição alcançada pelo Banco do Brasil na comunidade bancária internacional, com 9,6 bilhões de dólares de ativos, nas dependências externas, ao final de 1977, deve ser motivo de orgulho para os brasileiros, não apenas pelo valor daquela cifra, mas principalmente pela qualidade dos serviços prestados.

Os expressivos resultados consignados neste Relatório — eloqüentes por seus efeitos sobre a economia do País — refletem o trabalho harmonioso desenvolvido pelo Conselho de Administração, pela Diretoria e pelo corpo funcional, aos quais manifesto meu reconhecimento.

Meus agradecimentos dirigem-se, também, aos órgãos da Administração Federal, especialmente ao Ministério da Fazenda e Banco Central, cujo apoio representou fator importante para o desempenho das tarefas que ao Banco do Brasil coube executar.

Por fim, quero registrar que os resultados alcançados refletem a firme orientação imprimeada à economia brasileira e ao nosso trabalho pelo Ministro Mário Henrique Simonsen.

Karlos Rischbieter
Presidente

Brasília, 23 de janeiro de 1978.

ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 1977, os países industrializados apresentaram lento ritmo de crescimento, evidenciando que a recessão econômica dos anos 74/75 continua a produzir efeitos negativos sobre a economia mundial, eis que a limitação dos recursos liberados para os investimentos destinados à sua expansão industrial fez com que se frustrassem os esforços de plena recuperação.

A despeito de resultados relativamente satisfatórios já observados na economia dessas nações, a inflação e os níveis de desemprego continuam a causar preocupações.

Não obstante os propósitos de adotarem-se medidas econômicas em prol dos países em desenvolvimento, anunciados pelos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Canadá, França, Reino Unido, Itália e o Japão, acelerou-se a imposição de instrumentos protecionistas com sensível prejuízo para as economias dos países carentes de petróleo.

A economia americana não repetiu, no segundo período do ano, a excelente performance do primeiro semestre. Seu PNB apresentou, nos três primeiros trimestres, as taxas de 7,2%, 6,2% e 5,1%, respectivamente. Acredita-se, até, em maior desaceleração, a exemplo da que ocorreu em 1976. Entretanto, as medidas fiscais e monetárias em vigor — consideradas relativamente estimuladoras dos negócios — poderão provocar resultados positivos na economia como um todo.

A Alemanha Ocidental, por sua vez, planeja modesta elevação no nível de investimentos para 1978, quando a maior parcela dos recursos deverá ser absorvida por projetos de reposição de equipamentos e de racionalização; 20% a 30% daquele montante serão destinados à criação de capacidade produtiva adicional.

O governo japonês — cuja meta é alcançar a taxa de crescimento de 6,7%, durante o ano fiscal de 1977 (abril/77 a março/78) — decidiu aumentar a potência instalada de energia elétrica, formar reservas de petróleo, duplicar as exportações de máquinas e equipamentos e fortalecer o mercado interno.

A Itália, prossequindo na luta contra a inflação, provavelmente não estimulará sua economia no próximo período, pois o nível de suas aplicações situou-se em torno de 2% a 3% neste ano, praticamente idêntico ao de 1976.

Enquanto isso, os países menos desenvolvidos permanecem na expectativa de diálogo com as mais importantes economias do ocidente, em busca de alternativas para contornar seus problemas conjunturais.

Nesse contexto, a economia internacional não oferece perspectivas animadoras devido à lentidão do processo de recuperação econômica. Aliás, as recentes previsões acerca do comportamento da atividade nos países industrializados revelam tendência de queda nas suas taxas de crescimento. Ainda que esse retraimento não se concretize, redundará entrave na expansão do comércio mundial.

O importante, contudo, é a consciência formada de que a restauração da prosperidade mundial é tarefa de todos, num esforço conjugado para diminuir a distância que separa hoje países ricos e pobres.

Pelo menos, já há um consenso de que a melhor forma de ajudar é o comércio, consubstanciando uma estrutura de solidariedade internacional, sem a qual seria difícil vislumbrar-se outra solução, tanto para os países ricos, muitos ainda com taxa de desemprego quase ao nível da fase aguda de recessão, quanto para as nações pobres, que teriam no mínimo de triplicar suas exportações nos próximos anos.

INDICADORES ECONÔMICOS

PAÍSES	Δ % do PNB Real			Δ % dos Preços ao Consumidor		
	1975	1976	1977 (*)	1975	1976	1977 (*)
EUA	- 2,9	6,0	4,9	9,1	6,0	6,8
JAPÃO	- 2,2	7,0	5,3	12,1	7,0	7,6
ALEMANHA OCID.	- 3,5	5,0	2,4	6,0	4,0	3,5
FRANÇA	- 2,0	5,0	3,0	11,0	9,0	9,0
REINO UNIDO	- 0,7	2,5	nd	20,0	15,0	13,0 (**)
ITÁLIA	- 3,0	4,5	nd	16,0	19,5	18,0 (**)

Fonte: International Financial Statistics e News Week
(*) : Dezembro de 1976 a novembro de 1977

(**): Outubro de 1976 a setembro de 1977
nd = Não disponível

Comércio Internacional

O déficit da balança comercial dos Estados Unidos, ao atingir até outubro de 1977 US\$ 22,4 bilhões, registrou recorde histórico naquele mês (US\$ 3,1 bilhões).

Tal fato, somado à queda do dólar, o receio de um menor crescimento da economia e o ritmo expansionista da inflação têm provocado acentuada baixa na bolsa de valores americana.

A competitividade dos produtos americanos no mercado internacional vem aumentando com a desvalorização do dólar, embora o déficit comercial — defendido em favor da recuperação econômica mundial — permanecesse bastante elevado até o final de 1977 (US\$ 25/30 bilhões).

A Alemanha Ocidental continua apresentando sucessivos superávits, embora enfrente nova desaceleração no ritmo de sua expansão econômica.

O Japão assinala crescente superávits comerciais: o saldo positivo de seu intercâmbio atingiu US\$ 12,9 bilhões até outubro, a despeito da valorização do iene

em relação ao dólar.

Esses dois últimos países têm sido pressionados, especialmente pelos Estados Unidos, para que estimulem suas importações, de modo a auxiliarem seus deficitários parceiros comerciais.

Deverão persistir os grandes déficits no balanço de pagamentos dos países consumidores de petróleo, porquanto as reservas monetárias da OPEP não estão sendo revertidas conforme previsto.

O volume da dívida dos países menos desenvolvidos cresce em proporções elevadas, daí porque seus permanentes déficits têm sido financiados pelo sistema bancário privado das nações industrializadas.

Todavia, a recente decisão dos países integrantes da OPEP, de congelamento dos preços do petróleo até meados de 1978, deverá minimizar os efeitos negativos que o produto vem exercendo sobre a balança comercial dos países consumidores.

De certa forma, até permitirá a essas nações adotarem, com maior tranquilidade estratégia que lhes permita contornar alguns problemas imediatos.

BALANÇA COMERCIAL

Principais Países Industrializados e Brasil — US\$ milhões

Discriminação	Alemanha Ocidental	Canadá	EEUU	França	Países Baixos	Reino Unido	Itália	Japão	Suécia	Brasil
1975										
Exportação (FOB)	90.166	33.844	107.592	53.118	35.097	44.109	34.815	55.817	17.384	8.670
Importação (CIF)	74.924	36.415	103.389	53.964	35.604	53.498	38.365	57.853	17.861	13.558
Superávit (+) Déficit (-)	15.242	-2.571	4.203	-846	-507	-9.389	-3.550	-2.036	-477	-4.888
1976										
Exportação (FOB)	102.164	40.252	114.997	57.162	40.073	46.248	36.960	67.305	18.440	10.128
Importação (CIF)	88.423	40.654	129.565	64.391	40.702	55.873	43.422	64.895	19.333	13.623
Superávit (+) Déficit (-)	13.741	-402	-14.568	-7.229	-629	-9.625	-6.462	2.410	-893	-3.495
1977 (Jan a Jun)										
Exportação (FOB)	56.602	21.780	61.121	32.440	21.692	27.615	21.293	37.628	9.693	12.139 (*)
Importação (CIF)	48.877	21.743	77.818	35.849	23.476	32.211	23.857	35.313	10.205	11.999 (*)
Superávit (+) Déficit (-)	7.725	35	-16.697	-3.409	-1.784	-4.596	2.564	2.315	-512	140

(*) Importação (FOB), Exportação - Dez/77

Fonte: BACEN, MINIFAZ e CACEX

COTEC.

Reservas Internacionais

As reservas monetárias globais dos países industrializados aumentaram em mais de US\$ 7,7 bilhões durante o segundo trimestre de 1977 e alcançaram US\$ 123,3 bilhões de Direitos Especiais de Saque (1 DES = US\$ 1,17).

Itália, Reino Unido, Países Baixos, França e Japão foram os que mais contribuíram para esse incremento.

Segundo o FMI, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Suíça e Canadá mantiveram suas reservas praticamente inalteradas naquele intervalo.

Quanto ao Brasil, agora com US\$ 7,2 bilhões, sua posição é superior às do Canadá, Suécia e Austrália.

Reservas Internacionais

Principais Países Industrializados e Brasil US\$ milhões

Especificação	Dez/75	Dez/76	Ago/77
ALEMANHA	31.034	34.801	34.935
AUSTRÁLIA	3.256	3.170	2.202
CANADÁ	5.326	5.843	4.840
ESTADOS UNIDOS	15.880	18.320	18.630
FRANÇA	12.593	9.728	9.951
PAÍSES BAIXOS	7.109	7.387	7.918
REINO UNIDO	5.459	4.230	15.012
ITÁLIA	4.774	6.654	10.508
JAPÃO	12.815	16.605	18.161
SUÉCIA	3.077	2.491	2.706
BRASIL	4.041	6.541	7.200 (*)

(*) Dez/77.

Fonte: International Financial Statistics (out/77)

COTEC.

PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Ao longo dos últimos anos, o processo de desenvolvimento da economia nacional tem revelado ritmo acelerado, mas de forma alternada, refletindo as flutuações que ocorrem na economia mundial, mais acentuadamente a partir da crise do petróleo.

Os pontos vulneráveis da economia, para os quais se voltaram medidas governamentais, constituem-se no balanço de pagamentos e na taxa de inflação.

O Governo busca solucionar tais problemas de forma gradualista, confiando nas potencialidades das exportações, nas perspectivas do aumento da produção do petróleo e na intensificação do processo de substituição de importações.

As providências adotadas para promover o desaquecimento da economia importaram em que o PIB expressasse crescimento de 5%, o que não deixa de constituir-se ainda num excelente resultado.

O setor industrial contribuiu de modo marcante para a desaceleração almejada pelo Governo. A agricultura apresentou excelentes índices de crescimento, como reflexo da política de estímulo integral que lhe tem sido dispensada.

Contudo, nesse contexto, alguns setores mantiveram ritmo de crescimento acelerado. Petróleo, insumos básicos, bens de capital configuram bons exemplos.

A opção por uma taxa de crescimento mais adequada à nova ordem econômica internacional veio refletir-se, por outro lado, em menor pressão de demanda por importações, com positiva repercussão no declínio do processo inflacionário.

Houve expressiva redução no déficit em conta corrente e o nível de reservas cambiais atingiu US\$ 7,2 bilhões, 11,1% superior ao ano de 1976.

Diante do satisfatório comportamento do balanço de pagamentos — notadamente da balança comercial — que ao final do ano apresentou superávit de 140 milhões de dólares, o combate à inflação constituiu-se no maior desafio ao Governo.

Superados os principais pontos de resistência, inclusive os mecanismos embutidos de realimentação inflacionária, tornou-se possível uma certa estabilização dos preços, especialmente a partir de junho. O Índice Geral de Preços acumulados situou-se em 38,8% contra 46,3% verificado em 1976.

Diante da expansão que se operava nos meios de pagamento — cuja taxa de 17,6% até setembro ultrapassava os limites programados — não hesitou o Governo em acionar os tradicionais instrumentos de política monetária, de modo a deter a oferta de moeda ao nível dos 37% sobre a posição do ano anterior.

Na verdade, somando essas medidas ao desaquecimento planejado da economia, o

País deixou implícitos a aceitação de taxas menores de crescimento, o adiamento da implantação de projetos importantes e algum nível de desemprego setorial.
O País não encontrou dificuldades para suprir suas necessidades de recursos

externos em 1977, bem inferiores aos níveis registrados em anos anteriores, tanto assim que a contratação de empréstimos no exterior ao atingir 3,3 bilhões de dólares em 1977, declinou em relação a 1976.

Meios de Pagamentos

O saldo dos meios de pagamentos alcançou Cr\$ 325,5 bilhões, incremento de Cr\$ 89,0 bilhões (37,6%) durante o ano, e desvio de Cr\$ 29,7 bilhões (10%) sobre as previsões do Orçamento Monetário.
Até junho, conseguiu-se exercer estrito controle sobre a oferta de moeda — expansão de 10,2%, contra 10,1% projetados no Orçamento Monetário —

concentrando-se, portanto, o desvio no segundo semestre do ano (crescimento de 24,9%).

O resultado deveu-se, sobretudo, às medidas de contenção adotadas no último trimestre quando, em geral, ocorreram excessos de demanda agregada, geradores de fortes tensões inflacionárias.

MEIOS DE PAGAMENTOS

MÊS	1976						1977					
	Saldo Cr\$ milhões	Variações Percentuais (%)					Saldo Cr\$ milhões	Variações Percentuais (%)				
		No. mês	Em 3 meses	Em 6 meses	No. ano	Em 12 meses		No. mês	Em 3 meses	Em 6 meses	No. ano	Em 12 meses
JANEIRO	161.338	- 6,4	10,5	22,2	- 6,4	43,9	216.065	- 8,6	5,3	12,7	- 8,6	33,9
FEVEREIRO	163.895	1,6	3,9	16,3	- 4,9	46,2	219.697	1,7	2,6	14,7	- 7,1	34,0
MARÇO	165.953	1,3	- 3,8	15,4	- 3,8	42,4	226.020	2,9	9,6	15,0	- 4,4	36,2
ABRIL	170.145	2,5	5,5	16,5	- 1,3	43,0	241.645	6,9	11,8	17,8	2,2	42,0
MAIO	176.776	4,0	7,9	12,0	2,5	41,4	245.285	1,5	11,6	14,5	3,7	38,8
JUNHO	192.791	9,1	16,2	11,8	11,8	44,8	260.524	6,2	15,3	10,2	10,2	35,1
JULHO	191.647	- 0,6	12,6	18,8	11,1	45,2	261.974	0,6	8,4	21,2	10,8	36,7
AGOSTO	191.573	0,0	8,4	16,9	11,1	36,0	266.522	1,7	8,7	21,3	12,7	39,1
SETEMBRO	196.521	2,6	1,9	18,4	14,0	36,6	277.492	4,1	6,5	22,8	17,3	41,2
OUTUBRO	205.188	4,4	7,0	20,6	19,0	40,5	287.344	3,6	9,7	18,9	21,5	40,0
NOVEMBRO	214.135	4,4	11,8	21,1	24,2	35,7	294.431	2,5	10,5	20,0	24,5	37,5
DEZEMBRO*	236.506	10,4	20,4	22,7	37,2	37,2	325.486	10,5	17,3	24,9	37,6	37,6

Fonte: BACEN/COTEC
(*) Estimativa

Haveres Não-Monetários

Os principais haveres não-monetários no Sistema Financeiro Nacional cresceram 55% em relação a 1976, para o que contribuíram expressivamente os depósitos

a prazo fixo e as cadernetas de poupança, com 75,9% e 65,7%, respectivamente. Como um todo, esses instrumentos financeiros apresentaram em 1977 evolução mais lenta do que em 1976.

HAVERES NÃO-MONETÁRIOS

Saldo, Composições e Variações Percentuais

ESPECIFICAÇÕES	Saldo em Cr\$ Milhões Dez/77 (*)	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
DEPÓSITOS DE POUPANÇA	176.073	19,3	24,8	26,4	91,0	92,3	65,7
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	129.675	19,1	17,2	19,5	63,0	35,1	75,9
ACEITES CAMBIAIS	86.873	19,6	15,8	13,0	31,0	21,2	28,4
LETRAS IMOBILIÁRIAS	10.341	3,1	2,2	1,6	7,8	7,6	7,5
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL(**)	232.470	34,1	36,0	34,9	104,1	58,5	50,3
- O.R.T.N.	113.300	21,0	19,7	17,0	82,3	40,9	33,8
- E.T.N.	119.069	13,1	16,3	17,9	152,7	86,9	70,3
- OUTROS	101	0,0	0,0	0,0	12,5	141,7	16,1
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EST. MUNICIPAL	30.772	4,8	4,0	4,6	155,4	23,4	80,3
TOTAL	666.204	100,0	100,0	100,0	71,7	50,0	55,3

(*) Estimativa - (**) Novembro
Fonte: BACEN
COTEC

Mercado de Ações

O mercado de ações em 1977 mostrou sinais de recuperação — revelando desempenho mais uniforme — embora o volume médio mensal negociado tenha sofrido pronunciada oscilação em fevereiro e setembro.

Os principais papéis apresentaram rentabilidade superior até os níveis da inflação.

O valor médio mensal transacionado pelas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e São Paulo atingiu Cr\$ 2.850 milhões, 21,7% superior ao de 1976.

O volume médio negociado atingiu 128 milhões de títulos, crescimento de 39,2% em relação ao do ano anterior.

OIBV e o BOVESPA apresentaram-se com 4.491 e 2.941 pontos na média do período janeiro/dezembro — 1977, com evolução de 16% e 23,3% sobre a média de 1976.

A reação observada nos meses de março e abril configurou a tendência de divisão do mercado em duas porções bem distintas: a das "blue-chips" e a das ações de segunda linha.

Na verdade, as altas naquele período foram sustentadas pelos papéis menos nobres. Aliás, a política de obrigar a divisão dos recursos dos fundos fiscais entre o maior número possível de ações surtiu os efeitos desejados, no sentido de dar maior alento aos títulos das empresas privadas.

Essa diversificação obrigatória de aplicações não alcançou, no período, o objetivo de fortalecer o mercado primário. O BNDE, que vinha absorvendo as "sobras residuais" das emissões, em 1977, mais uma vez viu-se obrigado a incentivar o público investidor criando o PROCAP II e o FINAC II para financiar a longo prazo e a juros subsidiados os bancos de investimento e pessoas físicas ou jurídicas para que subscrevem ações novas de empresas privadas nacionais.

Os aumentos registrados em setembro foram provocados pela entrada no mercado de grandes somas de recursos dos Fundos Fiscais e pela tendência declinante do ritmo inflacionário, causas de transferência para as bolsas de capitais aplicados em outros setores financeiros.

Duas inovações se processaram, em 1977: a primeira, de iniciativa da Cia. Vale do Rio Doce, que passou a bonificar seus papéis, mediante aposição de carimbo com o valor do acréscimo; a segunda, pelo Banco do Brasil, com a adoção do título sem valor nominal.

A chamada de subscrição do Banco do Brasil (20%), a Cr\$ 2,00 por ação preço fixado segundo o valor de mercado, o valor patrimonial e a perspectiva de rentabilidade, de acordo com a Lei 6.404/76 movimentou o mercado na última quarta parte de 1977.

Configurada a divisão do mercado nas porções "blue-chips" e segunda linha, observou-se que os preços das ações mais nobres continuaram sendo pressionados para baixo, enquanto que os dos títulos de segunda linha tiveram seus preços aumentados.

Por fim, a fraca atuação no último trimestre mostra que o mercado secundário, apesar da excelente performance de setembro, ainda sofre problemas que refletem a crise de 1971.

Mercado Cambial

A taxa de câmbio do cruzeiro em relação ao dólar americano registrou, em 1977, desvalorização de 30,0%, inferior 6,1 pontos de porcentagem à observada em 1976.

A frequência das minidesvalorizações foi de uma por mês, exceto em maio e dezembro, quando se registraram duas. A moeda brasileira foi desvalorizada 14 vezes durante o ano, passando o dólar a custar Cr\$ 15,95 para compra e Cr\$ 16,05 para venda.

Agropecuária

O produto agrícola brasileiro aproximou-se, em 1977, dos 250 bilhões de cruzeiros, o sétimo PIB agrícola do mundo, graças ao bom desempenho da atividade rural, que experimentou crescimento real de 9%, contra 4,2% e 3,4% em 1976 e 1975, respectivamente.

Para tanto concorreu principalmente a recuperação do café, que exerce peso considerável no cálculo do produto agrícola. Apesar da frustração da safra tritícola, os resultados do setor agropecuario podem ser considerados excelentes, tanto mais diante das readaptações estruturais que se processam na economia brasileira.

Atuando direta e indiretamente na produção, muitos instrumentos têm sido acionados, desde o estímulo à modernização das técnicas produtivas, até a expansão da fronteira agrícola mediante a ampliação do sistema viário de transporte,

armazenagem, abastecimento, comercialização, eletrificação rural, irrigação e previdência rural.

Expandindo a política de apoio à comercialização, através de garantia de preços mínimos, vem-se conseguindo corrigir a defasagem entre o preço pago pelo consumidor final e o recebido pelo produtor, garantindo dessa forma a renda da atividade rural.

O plano de estocagem de entressafra, os mercados expedidores de origem, as centrais de abastecimento, o apoio mais intenso às cooperativas e a implementação do Programa Nacional de Armazenagem — PRONAZEM têm sido de grande importância para os agropecuaristas, eliminando alguns canais de comercialização entre produtores e consumidores.

O aperfeiçoamento e a continuidade dessas medidas governamentais, voltadas para o desenvolvimento da agropecuária nacional, dependem basicamente do Crédito Rural.

Historicamente, o Banco do Brasil, como principal órgão executor da política de crédito rural do Governo, vem desempenhando papel fundamental no suporte financeiro da atividade rural, tanto que atualmente participa com 73% do total dos empréstimos concedidos ao setor pela rede bancária nacional.

Com base no levantamento sistemático da área e produção agrícolas, realizado pelo IBGE, pode-se observar o comportamento das lavouras em 1977. Foram incorporados quase três milhões de hectares em lavouras. Dos 25 produtos listados, 19 apresentaram aumento de produção e 18 ampliação de área.

Graças a esse comportamento, o abastecimento interno foi atendido a contento e os excedentes propiciaram 57% das receitas de exportação. Repetiu-se a contribuição que o setor rural sempre tem proporcionado ao equilíbrio da balança comercial brasileira e ao financiamento da industrialização do País.

BRASIL Produção e área — 1976 e 1977

PRODUTOS	Área (ha)			Produção (t)		
	1976 (1)	1977 (2)	77/76 %	1976 (3)	1977 (4)	77/76 %
ABACAXI (*)	23.854	24.973	4,69	349.959	366.774	4,80
ALGODÃO	3.422.418	4.097.478	19,72	1.279.395	1.896.536	48,24
AMENDOIM	380.359	228.972	-39,80	513.887	323.600	-37,03
ARROZ	6.541.942	5.954.295	-7,71	9.560.389	8.940.727	-6,48
BANANA (**)	315.097	340.376	8,02	384.044	412.564	7,43
BATATA-INGLESA	188.645	194.655	3,19	1.815.827	1.900.275	4,65
CAÇAU	459.159	412.456	-10,17	231.780	223.012	-3,78
CAFÉ (EM COCO)	1.013.321	1.887.272	86,25	707.951	1.900.820	168,50
CANA-DE-AÇÚCAR	2.148.573	2.269.526	5,63	103.282.080	120.095.074	16,28
CEBOLA	53.003	60.959	15,01	430.146	488.990	13,68
COCO-DA-BAÍA (*)	161.110	161.584	0,30	463.661	473.266	2,07
FEIJÃO	2.361.451	4.580.119	93,95	1.842.262	2.327.200	26,32
FUMO	280.325	316.762	13,00	301.457	366.827	21,68
JUTA	47.860	34.469	-27,98	38.764	35.022	-9,65
LARANJA	422.454	422.180	-0,06	36.070.209	35.904.561	-2,09
MALVA	55.211	53.421	0,39	60.591	57.056	-5,83
MAMONA	259.971	251.378	-3,30	212.861	221.710	4,16
MANDIOCA	2.039.197	2.204.988	8,13	24.838.884	26.510.537	6,73
MILHO	11.080.532	11.760.300	6,13	17.844.678	19.122.178	7,16
PIMENTA-DO-REINO	10.336	11.247	8,81	29.554	35.927	21,56
SISAL	280.630	295.760	5,39	166.227	225.154	35,45
SOJA	6.416.368	7.127.169	11,08	11.226.545	12.566.837	11,94
TOMATE	47.201	51.083	8,22	1.177.465	1.291.158	9,66
TRIGO	3.541.523	3.140.959	-11,31	3.215.201	2.065.795	-35,75
UVA	60.169	59.603	-0,94	635.701	662.765	4,26

Fonte: IBGE/CEPAGRO — Dezembro/77.

(1): Colhida
(2): Plantada
(3): Obtida

(4): Esperada
(*) : 1.000 frutos (**): 1.000 cachos.

Indústria

O elenco de medidas monetárias de combate à inflação, adotadas a partir de 1976, refletiu-se no ritmo das atividades industriais ao longo deste ano. A indústria de transformação, responsável por quase 70% da produção do setor secundário, cresceu 6,2% (13% em 1976).

O setor da construção civil foi sensivelmente afetado por cortes nos programas de obras públicas e pela disciplina imposta ao mercado de imóveis residenciais.

O ramo extrativo mineral, aparelhado para atender às solicitações do mercado externo, especialmente quanto a minérios de ferro e de manganês, apresentou crescimento vegetativo, devido a dificuldades de comercialização no plano internacional.

Na indústria de transformação, o setor de bens intermediários foi circunstancialmente beneficiado, pelo maior volume de recursos em investimentos nas indústrias voltadas à substituição de importações e incremento das exportações. As indústrias de bens intermediários tiveram crescimento de 9,8%.

A de minerais não-metálicos alcançou a mesma taxa de crescimento registrada em 1976, que ficou em torno de 12%. Fato importante consistiu no fornecimento pela indústria nacional de 84% dos equipamentos para aquele ramo.

No setor metalúrgico, que se expandiu 9%, destacou-se a indústria siderúrgica que apresentou crescimento de 22%. O índice de nacionalização do capital fixo do setor metalúrgico atingiu a taxa de 75%. Trata-se de grande avanço dada a alta sofisticação da tecnologia exigida.

A produção da indústria química não ultrapassou 7% (17% em 1976), desempenho considerado satisfatório tendo em vista a opção governamental de promover a desaceleração da economia. Considerando o volume de projetos aprovados em 1976 pelo CDI, espera-se que, a médio prazo, a produção do setor atinja níveis superiores.

O grupo das indústrias de bens de consumo durável foi seguramente o mais atingido pela política de combate à inflação, tendo crescido apenas 2%. A indústria de material elétrico e de comunicações, em período reconhecidamente adverso, conseguiu resultado expressivo em decorrência da agressividade das unidades comerciais na colocação dos produtos.

Finalmente, a indústria de bens de consumo não-duráveis também expandiu-se discretamente (próximo aos 2%), embora alguns ramos, os de perfumaria, sabões e velas, bebidas e produtos alimentares tivessem alcançado expressivas taxas de crescimento. Já as indústrias farmacêuticas, têxtil e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos apresentaram crescimento negativo.

Comércio Exterior

Contrariamente aos anos anteriores, quando ocorreram sucessivos déficits na balança comercial, o exercício de 1977 terminou com relativo equilíbrio nas trocas de bens com o exterior, expresso no superávit de US\$ 140 milhões.

A obtenção de resultados favoráveis no campo das exportações advem da decisiva

participação dos produtos industrializados, cuja receita aumentou cerca de 35%. As vendas dos produtos semimanufaturados elevaram-se em 24% e a dos manufaturados em 38,5%, se compararmos 1976 com 1977.

O grupo dos produtos básicos participou na receita total com 57% do valor obtido, no montante de US\$ 6.972,9 milhões, enquanto o dos industrializados com 40%.

Na área de prestação de serviços, as empresas brasileiras de engenharia, altamente capacitadas, lançaram-se ao mercado externo, principalmente na América Latina, África e Oriente Médio. Ostentando terceiro lugar do mundo entre os construtores de grandes barragens e estradas, o setor nacional da construção civil vem-se firmando internacionalmente, graças à competitividade de seus preços e qualidade.

Evolução das Exportações

O quadro indica o valor, em milhões de dólares FOB, dos principais produtos exportados pelo País no exercício de 1977.

As exportações brasileiras geraram em 1977 expressiva receita cambial traduzida pelo montante de US\$ 12.139 milhões, incremento de 20% em relação a 1976.

O maior índice de expansão, tanto em números absolutos quanto relativos, ocorreu no setor de produtos industrializados, que passou de US\$ 3.618,1 milhões

no período anterior para US\$ 4.888,6 milhões em 1977, acréscimo de 35%.

No que tange aos produtos básicos, contribuiu mais expressivamente o café em grão, que participou da receita cambial com 19%, em virtude dos altos preços alcançados nos mercados internacionais no primeiro semestre de 1977.

Outro item importante na expansão dos produtos básicos foi o relativo a farelo e torta de soja, que, em função dos preços mais elevados, revelou um incremento da ordem de US\$ 355 milhões, cerca de 45%. Contrariamente, as exportações de soja em grão decresceram em 1977.

A expectativa geral de obtenção de maiores lucros, em vista da crescente cotação do produto nas bolsas internacionais, ensejou retenção dos estoques pelos produtores e comerciantes, os quais negociaram no primeiro semestre apenas 990.370 toneladas, carregando US\$ 308.855 mil em divisas.

Em 1977, foram exportadas 2.587 mil toneladas no valor de US\$ 708 milhões, resultando quedas de 28,9% e 10,2%, respectivamente.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA Unidade US\$ milhões Janeiro-Dezembro F.O.B.

Discriminação	1975	1976	* 1977	* VARIÇÃO - 76/77
PRODUTOS BÁSICOS	5.027,4	6.129,2	6.972,9	13,76
- soja em grão, farelo e torta.....	1.150,7	1.583,5	1.857,9	17,33
- café em grão.....	854,5	2.172,7	2.315,2	6,56
- minério de ferro.....	920,9	994,0	907,5	- 8,70
- cacau em amêndoa.....	220,4	218,8	435,5	99,04
- fumo em folha.....	142,0	161,2	186,3	15,57
- milho em grão.....	150,9	164,7	135,7	- 17,66
- açúcar demerara.....	769,9	152,5	276,5	81,31
- minério de manganês.....	80,6	64,9	32,0	- 50,69
- lã (exclusive fios).....	46,2	44,5	53,3	19,78
- óleo bruto de petróleo.....	75,3	36,2	7,3	- 79,83
- algodão em rama.....	97,8	7,0	40,9	- 484,29
- outros.....	518,2	529,2	724,8	36,96
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.434,0	3.618,1	4.888,6	35,12
- Semimanufaturados.....	849,5	842,0	1.043,8	23,97
- óleo de soja, em bruto.....	152,4	174,6	274,2	57,04
- açúcar cristal.....	204,3	52,4	55,8	6,49
- madeira de pinho, serrada.....	55,5	20,9	18,0	- 13,88
- outros.....	437,3	594,1	695,8	17,12
- Manufaturados.....	2.584,5	2.776,1	3.944,8	38,50
- material de transporte.....	317,1	373,1	492,1	31,89
- máquinas e aparelhos mecânicos, caldeiras.....	260,0	266,3	426,6	60,20
- máquinas e aparelhos elétricos.....	160,5	189,4	281,1	48,92
- calçados.....	165,1	175,1	174,5	- 0,34
- açúcar refinado.....	125,5	101,6	130,3	28,25
- outros.....	1.556,3	1.670,6	2.340,2	40,08
CONSUMO DE BORDO, REEXPORTAÇÃO E TRANSAÇÕES ESPECIAIS	208,5	381,0	277,9	- 27,06
TOTAL GERAL	8.669,9	10.128,3	12.139,4	19,86

FONTE: CACEX/DIESN (*) Dados preliminares

Evolução das importações

Do lado das importações, os números revelam ligeira retratação dos negócios, cujo total passou de US\$ 12.277 milhões em dezembro de 1976, para US\$ 11.999 milhões em 1977, decréscimo de 2,3%, mantendo-se assim virtual estabilização.

Para tanto concorrem evidentemente medidas do Governo de contenção das compras externas.

Reduziram-se importações do trigo (48%), materiais têxteis e suas manufaturas, máquinas, equipamentos, material elétrico e de transporte, entre outros. Por outro lado, cresceram as de petróleo, produtos químicos, metais comuns e suas manufaturas, afóra outros itens de menor significação.

O acréscimo observado nas importações de petróleo pode ser desdobrado entre o reajuste de preços pelos países exportadores e o aumento do volume físico.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA Unidade US\$ milhões Janeiro-Dezembro F.O.B.

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	* 1977	* VARIÇÃO 77/76
Animais vivos e produtos do reino vegetal	620,6	835,2	643,9	- 22,90
- Trigo.....	325,0	503,6	260,4	- 48,29
- Demais.....	295,6	331,6	383,5	15,65
Produtos das indústrias alimentícias, bebidas, líquidos alcohólicos e vinagre, fumo ou tabaco, gorduras e óleos	73,6	67,7	65,7	- 2,95
Produtos minerais	3.236,7	3.989,0	4.250,0	6,54
- Petróleo (óleo bruto).....	2.710,9	3.353,9	3.659,7	9,12
- Demais.....	525,8	635,1	590,3	- 7,05
Produtos das indústrias químicas e conexas, borracha natural e sintética e suas manufaturas	1.547,6	1.654,1	1.698,4	2,68
Materiais têxteis e suas manufaturas	120,0	100,5	87,6	- 12,84
Metais comuns e suas manufaturas	1.710,5	1.079,1	1.144,1	6,02
Máquinas e aparelhos, material elétrico, material de transporte	3.933,6	2.911,1	2.537,0	- 12,85
Demais	967,7	1.640,8	1.572,3	- 4,17
TOTAL GERAL	12.210,3	12.277,5	11.999,0	- 2,27

Fonte: CIEF - Ministério da Fazenda

(*): Dados preliminares

ATIVIDADES DO BANCO

Os recursos ultrapassam o meio trilhão

Os recursos do Banco atingiram Cr\$ 543,5 bilhões, crescendo 48,3% em relação a 1976.

O NÃO-EXIGÍVEL do Banco, no fim do período, somou Cr\$ 56,6 bilhões, em cujo total a participação do Capital Social foi de 47,7%, equivalente a Cr\$ 27,0 bilhões. Em Cr\$ 29,6 bilhões expressam-se Reservas e Fundos.

O capital próprio, constituído pelo NÃO-EXIGÍVEL e o RESULTADO PENDENTE (balanceado), com 12,4% na composição dos recursos totais, apresentou saldo superior a Cr\$ 67,4 bilhões.

O grupamento representativo do crédito de terceiros (EXIGÍVEL), responsável pelo financiamento de 87,6% das aplicações do Banco, atingiu Cr\$ 476,1 bilhões, 46,2% superior ao saldo registrado no fim do ano passado.

Os Depósitos (Cr\$ 98,9 bilhões) representaram 18,2% do Passivo em dezembro de 1977, experimentando o expressivo crescimento de 25% com relação a igual mês de 1976. A participação mais significativa, Cr\$ 51,5 bilhões, esteve a cargo de Entidades Públicas (52%). Em seguida, o público contribuiu com Cr\$ 35,0 bilhões (35,6%), aumentando sua participação relativamente ao período anterior em 2,6%.

O Cheque-Ouro continua a constituir instrumento importante na captação de depósitos, além de significativo serviço prestado aos clientes. Seu valor máximo foi elevado para Cr\$ 50 mil, o limite de garantia por cheque-fixado em Cr\$ 2 mil e o Cartão de Garantia de Cheques tem agora validade por um ano.

As "Outras Exigibilidades" apresentaram saldo de Cr\$ 178,1 bilhões, correspondendo a 32,8% dos recursos de terceiros. Daquele saldo, Cr\$ 125,2 bilhões provieram da conta de movimento do Banco Central, que se expandiu 89% no fim do período.

A queda de 18,3% registrada nas contas vinculadas a câmbio, no período sob análise, decorreu de baixas na conta de câmbio de conta própria do Banco do Brasil,

para liquidação de compras e vendas de câmbio.

As "Obrigações Especiais" (Cr\$ 199,1 bilhões), responsáveis por 36,6% dos recursos, cresceram, em 1977, apenas 47,8% contra 169% do final do período anterior. As obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais responderam por 38,9% do saldo deste grupo, expandindo-se 218,5% sobre a posição de dezembro de 1976.

Os depósitos vinculados do Banco Central contribuíam, no término do período, com 22,3% das obrigações especiais, como resultado sobretudo dos recolhimentos compulsórios da Resolução 354/75. Tais depósitos cresceram somente 10,6% em virtude do início da devolução dos referidos recolhimentos.

Recursos Saldos, composições e variações percentuais

ESPECIFICAÇÕES	Saldos em Cr\$ Milhões Dezembro/77	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
RECURSOS	543.542	100,0	100,0	100,0	56,5	78,7	48,3
Não Exigível	56.585	10,8	9,0	10,4	75,4	48,9	71,5
Capital	26.973	5,6	4,7	5,0	100,0	50,0	56,1
Reservas e Fundos	29.610	5,2	4,3	5,4	54,8	47,7	88,5
Exigível	476.087	86,6	88,9	87,6	57,1	83,3	46,2
Depósitos	98.866	35,1	21,6	18,2	36,2	9,8	25,1
Outras Exigibilidades	178.124	27,1	30,5	32,8	77,5	101,3	59,1
Obrigações Especiais	199.097	24,4	36,8	36,6	73,2	169,1	47,8
Resultado Pendente (Balanceado)	10.872	2,6	2,1	2,0	1,6	47,3	40,4

Fonte: COGER
COTEC

Depósitos Saldos, composições e variações percentuais

Especificação	Saldos em Cr\$ Milhões Dez/77	Variação Percentual		
		Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
A Vista e a Curto Prazo	97.519	34,0	16,2	24,8
Do Público	35.189	50,5	35,4	18,1
De Instituições Financeiras	10.828	32,3	16,5	52,4
De Entidades Públicas (1)	51.502	26,5	5,3	24,9
A Médio Prazo	1.347	78,3	- 81,8	57,7
TOTAL	98.866	36,2	9,8	25,1

(1) - Inclui Tesouro Nacional, Autarquias, Economias Mistas e Governos Estaduais.
Fonte: COGER
COTEC

APLICAÇÕES

A composição do Ativo evidencia uma diretriz histórica do Banco. Ao longo de vários anos, o REALIZÁVEL vem representando a quase totalidade do ativo real, enquanto as imobilizações e disponibilidades constituem valores residuais.

Em 1977, as aplicações globais, ao atingirem Cr\$ 543,5 bilhões, aumentaram 43,3% em relação a dezembro de 1976. No REALIZÁVEL constituindo 60,4% do Ativo, se destaca a parcela de Cr\$ 328,4 bilhões, relativa a Empréstimos, em sua maior parte dirigidos à produção. Esse discreto crescimento reflete a preocupação do Banco de colaborar com as autoridades no desaquecimento da economia e no combate à inflação.

Os "Outros Créditos", com Cr\$ 185,4 bilhões, aumentaram 42,3% no mesmo período e encerram operações não classificadas contabilmente como empréstimos referentes a contas de câmbio do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e também, entre outras, as transparências de recursos do Fundo de Participação

PIS/PASEP para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Os "Valores e Bens" exprimem os recursos aplicados, por força de disposição legal, em títulos federais à ordem do BACEN, no capital de nossas agências internacionais e em imóveis não destinados ao uso do Banco.

Com crescimento de 242,8%, o IMOBILIZADO reflete a posição das aplicações em imóveis de uso do Banco, no montante de Cr\$ 11.175 milhões, enquanto as outras imobilizações técnicas alcançaram Cr\$ 2.546 milhões.

Com saldo de Cr\$ 835 milhões, o DISPONÍVEL mantém a participação de 0,2% nas aplicações.

Não se trata de uma política do Banco - no sentido de manipular o volume de suas disponibilidades - uma vez que se inclui entre as Autoridades Monetárias, provedor que é de numerário ao Sistema Bancário.

Aplicações Saldos, composições e variações percentuais

Especificações	Saldos em Cr\$ Milhões Dezembro/77	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
APLICAÇÕES	543.542	100,0	100,0	100,0	56,5	78,7	48,3
Disponível	835	0,4	0,2	0,2	-36,9	6,6	2,0
Realizável	528.986	98,3	98,7	97,3	57,5	79,3	46,3
Empréstimos	328.457	65,2	60,8	60,4	66,8	66,5	47,4
Outros Créditos	185.377	30,5	35,6	34,1	41,0	108,4	42,3
Valores e Bens	15.152	2,6	2,3	2,8	33,0	61,3	77,0
Imobilizado	13.721	2,3	1,1	2,5	49,5	52,5	242,8

Fonte: COGER
COTEC

RESULTADOS ALCANÇADOS PELO BANCO

O lucro líquido do Banco, deduzidos reforços e provisões, atingiu

Cr\$ 8.668 milhões, superior em 33,3% ao registrado no ano de 1976. Em termos absolutos, o crescimento foi de Cr\$ 2.166 milhões.

Resultados Financeiros
Composições e variações percentuais

Especificações	1977 Cr\$ Milhões	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
01. Receitas (2 a 4)	52.377	100,0	100,0	100,0	75,9	55,8	54,9
02. Rendas Operacionais	50.142	93,9	91,2	95,7	76,8	51,3	-62,6
03. Outras Rendas	1.078	3,4	4,7	2,1	195,4	115,1	-32,5
04. Lucros Diversos	1.157	2,7	4,1	2,2	-1,5	137,7	-15,9
05. Despesas (6 a 9)	27.898	53,3	49,1	53,3	85,7	43,4	68,0
06. Despesas Operacionais	5.758	11,6	12,3	11,0	160,3	64,2	38,8
07. Despesas Administrativas	20.102	31,1	33,4	38,4	43,4	67,2	78,0
08. Perdas Diversas	1.132	7,2	1,9	2,2	182,0	-57,6	71,5
09. Provisão para Devedores Duvidosos	906	3,4	1,5	1,7	-	-32,1	80,5
10. Resultado Operacional (1-5)	24.479	46,7	50,9	46,7	65,1	70,0	-42,2
11. Resultado Antes do Imposto de Renda (10)	24.479	46,7	50,9	46,7	65,1	70,0	-42,2
12. Provisão para Imposto de Renda	4.818	12,0	9,6	9,2	-	34,6	-49,1
13. Resultado a Apropriar (11-12)	19.661	34,7	-11,3	37,5	26,0	81,0	-40,6
14. Provisão p/participação da Diretoria	-	0,0	0,0	-	66,7	40,0	-100,0
15. Reserva p/Manutenção do Capital de Giro	7.145	9,0	18,0	13,6	-	210,5	17,5
16. Outras Provisões	3.848	3,3	-1,1	7,3	-68,1	96,2	176,2
17. Resultado Líquido (13-14-15-16)	8.668	22,3	19,2	16,6	101,1	34,1	33,3
18. Provisão para Dividendos	3.709	6,0	6,9	7,1	136,9	80,0	59,0
19. Fundo de Reserva Legal	642	2,2	1,9	1,2	-101,7	34,0	-1,4
20. Fundo de Provisão	2.039	13,4	9,6	3,9	85,4	11,8	-37,1
21. Fundo p/Prejuízos Eventuais	102	-	-	0,2	-	-	-
22. Fundo de Incentivos a Pesq. Tec. - Científica	173	0,2	0,4	0,3	-	136,4	33,1
23. Reserva de Risco em Operações de Câmbio	84	0,5	0,4	0,2	102,1	34,0	-35,1
24. Lucros Acumulados	1.919	-	-	3,7	-	-	-

Fonte: COGER
COTEC.

Indicadores de Rentabilidade

Especificação	1974	1975	1976	1977
Lucro por Ação* (Cr\$ 1,00)	0,48	0,42	0,38	0,32
Rentabilidade do Capital Próprio** (%)	17,32	22,02	20,10	17,26

(*) Resultado Líquido dos Acionistas/Capital Social
(**) Resultado Líquido dos Acionistas/Capital Próprio Médio
Fonte: COGER
COTEC

Receitas

Em 1977, as receitas globais do Banco totalizaram Cr\$ 52.377 milhões, superando em 54,9% as registradas no ano anterior. As "Rendas Operacionais" participaram com 93,9% do total.

No exame do demonstrativo "Lucros e Perdas", verifica-se que nessas rendas o item juros e comissões mantém maior participação com montante de Cr\$ 24.516 milhões.

Despesas

Tendo atingido Cr\$ 27.898 milhões, as Despesas apresentaram crescimento em ritmo maior do que as Receitas.

As despesas administrativas e operacionais, abrangendo gastos com pessoal, encargos sociais e custos normais de funcionamento do Banco, somaram Cr\$ 25.860 milhões.

Análise de Empréstimos

Ao final de 1977, as operações do Banco, incluindo "Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio" e empréstimos com recursos do PIS/PASEP atingiram Cr\$ 332.700 milhões, expansão de 49,3% sobre dezembro de 1976. A menor aceleração, comparada com os dois exercícios anteriores, cuja taxa de crescimento anual se situou em 66%, refletiu a atual política do Governo de contingenciamento do crédito, com vista ao combate à inflação.

Dos empréstimos, 95,7% (Cr\$ 318.446 milhões) se destinaram às empresas privadas, mantendo assim antiga preocupação do Banco de carrear a quase totalidade de seus recursos para o setor. Apenas Cr\$ 14.254 milhões dos créditos globais ficaram com o setor público.

A participação do Banco como órgão de fomento às atividades produtivas pode ser medida pelo volume de recursos canalizados para a Agropecuária (Cr\$ 171.046 milhões) e Indústria (Cr\$ 103.006 milhões), correspondentes a 51,4% e 31% dos créditos ao setor privado.

EMPRÉSTIMOS

Saldos, composições e variações percentuais

Especificação	Saldo em Cr\$ milhões Dez/77	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
SETOR PRIVADO	318.446	96,6	96,1	95,7	70,5	65,6	48,7
AGRICULTURA	131.868	38,0	37,1	39,6	59,3	62,8	59,4
Produção	106.129	32,5	31,3	31,9	71,2	60,5	52,1
Comércio	25.739	5,5	5,8	7,7	13,0	76,1	98,9
PECUÁRIA	39.178	15,2	14,1	11,8	107,4	54,4	24,4
Produção	38.940	15,1	14,0	11,7	107,5	54,5	24,3
Comércio	238	0,1	0,1	0,1	82,3	29,6	46,0
INDÚSTRIA	103.006	32,4	33,2	31,0	73,0	70,6	39,3
Produção	77.359	27,2	26,5	23,3	79,1	62,3	30,9
Comércio	25.647	5,2	6,7	7,7	46,8	113,6	-2,5
OUTRAS ATIVIDADES	44.394	11,0	11,7	13,3	63,1	76,0	-1,0
SETOR PÚBLICO	14.254	3,4	3,9	4,3	2,4	92,1	-63,7
TOTAL	332.700	100,0	100,0	100,0	66,8	66,5	-49,3

Obs.: Inclui ACC e PASEP Fonte: DEPE
COTEC

Dentre os diversos fundos e programas operados pelo Banco, destacam-se o de Apoio à Agroindústria Açucareira (FUNPROÇUCAR), o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU), o Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), e o Fundo de Formação do Patrimônio (PIS/PASEP).

O saldo do FUNPROÇUCAR, instrumento voltado para o setor agroindustrial, atingiu, ao final do ano passado, o elevado montante de Cr\$ 9.605 milhões, crescimento de 24,9% sobre dezembro de 1976.

O Fundo para Financiamento do Capital de Giro - FUNGIR beneficiou empresas

produtoras de material de construção e construtoras, com saldo de Cr\$ 1.157 milhões em dezembro de 1977. Enquanto isso, o FDU chegava a Cr\$ 8.073 milhões, crescimento de 45% em relação a igual período do ano anterior.

Por sua importância, merece registro especial o PROÁLCOOL, criado em 1975 com a finalidade de fomentar a produção de álcool anidro oriundo de cana-de-açúcar ou de qualquer outra matéria-prima, através da modernização das destilarias existentes e instalação de novas unidades produtoras. Assinalou, em dezembro de 1977, o expressivo saldo de Cr\$ 2.987 milhões, crescimento de 640,2% em relação ao ano precedente.

O saldo dos empréstimos com recursos originários do PIS/PASEP chegou a Cr\$ 7.491 milhões (acréscimo de 16,2%). Dentro das finalidades básicas das aplicações desse Fundo, destacam-se as operações de reforço do capital de giro das empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços.

Agropecuária

O Banco do Brasil forneceu crédito seletivo abundante, o qual aliado à pesquisa, informação e assistência técnica rurais implica maior eficiência do sistema produtivo.

A diversificação das lavouras, o condicionamento dos empréstimos à utilização de métodos mais eficientes, a maior participação de recursos próprios dos produtores nos programas de investimento e a simplificação e racionalização do crédito incluem-se entre as medidas de política rural adotadas pelo Banco.

O Banco estendeu o crédito rural a expressivo número de microrregiões ainda não assistidas, por ter duplicado o número de agências nos últimos 10 anos e localizado 92% delas no interior. Ademais, criou facilidades operacionais, técnicas e financeiras na contratação de seus empréstimos com médios e pequenos produtores.

Para termos uma idéia do acesso do pequeno produtor aos serviços do Banco, basta observar que cerca de 60% dos contratos firmados se inserem na faixa de até 25 vezes o maior valor de referência (Cr\$ 21.942,50).

Quanto à distribuição espacial dos créditos concedidos, houve estreita relação entre as aplicações do Banco e a contribuição de cada região para a formação do produto agrícola nacional.

A região Sudeste, que em 1967 recebeu 37,7% dos créditos concedidos, participou em 1976, com apenas 26,7%. A região Sul experimentou elevação de 32,9% para 41,5%, no mesmo período, em face de sua grande produção agrícola, notadamente café, soja, trigo, arroz e milho que absorvem o maior volume das dotações do setor.

Créditos Concedidos à Agropecuária — Valor e Composição.

ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		TOTAL	
	Cr\$ milhões	Comp. %	Cr\$ milhões	Comp. %	Cr\$ milhões	Comp. %	Cr\$ milhões	Comp. %	Cr\$ milhões	Comp. %	Cr\$ milhões	Comp. %
1967	22,9	1,5	280,8	18,2	579,7	37,7	505,1	32,9	148,6	9,7	1.537,0	100,0
1970	41,4	1,0	515,9	12,0	1.488,1	34,5	1.868,3	43,4	392,4	9,1	4.306,1	100,0
1973	199,4	1,3	2.111,3	13,4	5.117,0	32,4	6.601,1	41,8	1.751,0	11,1	15.779,8	100,0
1976	1.358,2	1,7	12.905,0	16,3	21.114,0	26,7	32.851,1	41,5	10.919,9	13,8	79.148,2	100,0

Fonte: DEPES, COTEC.

O Banco canalizou à atividade rural Cr\$ 171.046 milhões, ou seja, 73% dos Cr\$ 234,1 bilhões emprestados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, incremento de 49,8% em relação à posição ao final de 1976.

Para recompor a capacidade de pagamento dos agricultores, que reclamavam da menor elevação ocorrida nos Preços Mínimos em 1977, foi ampliado o teto dos financiamentos dos produtos amparados por essa política na região Norte-Nordeste e dos principais produtos da região Centro-Sul.

PROTERRA, POLOCENTRO e PROÁLCOOL absorveram recursos que totalizaram em dezembro Cr\$ 21,8 bilhões, além dos programas como o PROPEC, PRONAZEM e PROCAL, que proporcionam recursos de baixo custo a setores específicos da atividade rural.

Indústria

Em 1977, o saldo da assistência financeira prestada pelo Banco à atividade industrial elevou-se a Cr\$ 103.006,0 milhões, acréscimo de 39,3% sobre o de dezembro de 1976.

O aumento nominal dos empréstimos do Banco a esse setor tem-se mantido ultimamente acima do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP—DI), comprovando sua significativa participação no processo de desenvolvimento da atividade industrial no Brasil.

Permanece a indústria de transformação liderando as aplicações do setor industrial concentrando 82,5% do total dos empréstimos (Cr\$ 84.899,0 milhões).

O ramo de produtos alimentares continuou a receber grande estímulo creditício do Banco. O saldo das aplicações ao fim do ano atingiu o montante de Cr\$ 31.817,0 milhões, crescimento de 82,4% em relação ao saldo de dezembro de 1976. Sua participação no total dos créditos destinados à indústria de transformação foi de aproximadamente 37,5%.

Ainda quanto ao setor manufatureiro merece registro o apoio creditício às indústrias metalúrgicas, cujo saldo chegou a Cr\$ 7.812,0 milhões, 10,9% sobre o ano anterior. A indústria têxtil registrou saldo de Cr\$ 6.618,0 milhões, enquanto no setor de veículos e materiais de transportes foi assinalado o valor de Cr\$ 3.348,0 milhões.

As aplicações com recursos do PROTERRA industrial, que se destinam precipuamente à implantação, ampliação e modernização da agroindústria nas regiões Norte e Nordeste, somaram no ano passado Cr\$ 1.007 milhões, acréscimo de 42,2% em relação a dezembro de 1976.

Expressivo foi o crescimento dos empréstimos à construção civil, destinados em grande parte a empreiteiras de obras públicas. Ao final de 1977, o saldo desses empréstimos atingiu Cr\$ 1.661,0 milhões.

Empréstimo à Indústria

Especificação	Saldo em Cr\$ Milhões Dezembro/77	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/75 Dez/74	Dez/76 Dez/75	Dez/77 Dez/76
Indústria de Transformação	84.899	78,0	78,0	82,4	74,4	58,3	47,2
Alimentares	31.817	20,7	23,6	30,9	122,9	80,1	82,4
Têxtil	6.618	8,8	7,7	6,4	86,6	39,6	15,5
Metalúrgica	7.812	8,1	9,5	7,6	80,2	86,2	10,9
Veículos e Mat. Transporte	3.348	4,5	3,9	3,4	82,9	36,6	24,6
Outras	35.104	35,9	3,3	34,1	51,7	46,6	42,6
Armazenamento	455	1,7	2,3	0,5	—	110,7	- 72,9
Construção Civil	1.661	1,5	1,6	1,6	471,1	69,1	43,1
Outros	15.991	18,8	18,1	15,5	18,3	52,5	13,8
TOTAL	103.006	100,0	100,0	100,0	73,0	70,6	39,3

Fonte: DEPES COTEC.

O Banco e o Comércio Exterior

Dentro da estratégia governamental de intensificar os instrumentos que conferem maior grau de competitividade aos nossos exportadores, o Banco vem desenvolvendo intensa atividade para aprimorar o apoio creditício ao comércio exterior, mediante a ampliação de linhas de crédito, criação de novas modalidades de assistência e condições favoráveis de juros e prazos.

Empréstimos Vinculados à Exportação
Saldo em Cr\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	Dez/75	Dez/76	Dez/77	Dez/77 - Dez/76	
				Var. Abs.	Var. %
- OPERAÇÕES NORMAIS CACEX	1.358	1.921	3.045	1.124	58,5
- ADIANTAMENTOS SOBRE CONTR. CÂMBIO	2.168	2.918	4.033	1.115	33,2
- FUNDO DE FINANC. À EXPORTAÇÃO - FINEX	3.898	7.820	12.728	4.908	62,8
- PROGRAMA ESPECIAL DE ESTÍMULO À EXPORTAÇÕES - PROEX - (RES. 353 E 398 DO BACEN)	-	835	1.282	447	53,5
- EMPR. COM. PROD. INDS. - PARA EXPORTAÇÃO	211	2.446	6.502	4.056	165,8
- TOTAL	7.575	15.940	27.590	11.650	73,0

Fonte: DEPEs. COTEC.

Entre as aplicações, continuam a se destacar os financiamentos à exportação de manufaturados, que totalizaram, até dezembro, 2.492 operações no valor global de US\$ 375,5 milhões, ultrapassando em 38,1% o total apresentado em igual período de 1976.

A estrutura da pauta de exportação financiada, embora a cada ano alcance novos produtos, continua alicerçada no setor de "veículos e autopeças", com 39,2%, seguida da indústria naval, cuja participação em 1977 se expressou por 12%, em confronto com os 5,9% de 1976.

As vendas a prazo realizadas para 36 países revelam o esforço para diversificar os mercados consumidores de nossos produtos. Somente para a África foram autorizados financiamentos de bens exportados no valor de aproximadamente US\$ 76,0 milhões.

Cresceu o número de convênios de crédito outorgados a instituições privadas ou governamentais de vários países, a fim de amparar a compra de produtos brasileiros. Agora a elevação dos limites de dois desses convênios, representando créditos adicionais no total de US\$ 20,0 milhões, foram celebrados quatro novos acordos, no montante de US\$ 76,3 milhões.

O Banco concedeu, ainda, financiamentos à produção de mercadorias destinadas à exportação, tendo utilizado recursos do FINEX para proporcionar assistência à produção de bens com ciclo de fabricação superior a 180 dias; Cr\$ 2.114,0 milhões foram destinados à produção de locomotivas, dique flutuante, navios, centrais telefônicas, barcos camaroneiros, equipamentos hidromecânicos, turbinas, equipamentos para fábrica de papel e de açúcar, geradores e transformadores trifásicos.

Para financiamento de mercadorias com ciclo de produção inferior a 180 dias, o Banco utilizou recursos próprios no montante de Cr\$ 3.045,0 milhões, no exercício, amparando 695 operações, acréscimo de 58,5% sobre as de igual período do ano anterior.

No campo do financiamento à promoção comercial no exterior, confirma-se o interesse cada vez maior, por parte dos empresários brasileiros, para a utilização desta modalidade de apoio ao desenvolvimento de suas exportações. As operações dessa natureza tiveram em 1977 crescimento superior a 500% em relação a 1976.

Em apoio ao programa de exportação naval, cabe referência especial ao financiamento de US\$ 15,7 milhões, para a produção e a exportação de dique flutuante com capacidade de levantamento de 54.250 toneladas adquirido pelos EUA. Além disso, em operações igualmente amparadas financeiramente pelo Banco, 12 navios deixaram em 1977 nossas linhas de produção com destino a Grécia, Moçambique, Panamá, Chile e França.

Várias operações foram realizadas dentro de esquema especial de sustentação de preços, abrangendo produtos exportáveis que se defrontam com problemas no mercado externo. Madeira de pinho serrado, óleo de mamona e óleo essencial de pau-rosa tiveram financiamentos para estocagem.

Etapa obrigatória em todos os processos de importações beneficiadas, o exame dos casos de similaridade representa um dos mais importantes encargos da CACEX. Cabe registro a permanente ampliação e atualização do cadastro das indústrias nacionais produtoras dos mais variados bens, com o fim de manter repositório de informações técnicas para permitir aos setores internos verificação da existência, ou não, do similar nacional.

Em 1977, foram homologados 192 acordos de participação (inclusive revisões), celebrados entre investidores e fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos. Essa ação mediadora exercida na coordenação dos entendimentos entre as partes interessadas proporcionou melhoria do índice de nacionalização dos projetos. O total dos acordos e revisões firmados acusa o índice médio de 76,6% para a indústria nacional.

ACORDOS E REVISÕES DE ACORDOS HOMOLOGADOS PELA CACEX - Período: JAN-DEZ

ESPECIFICAÇÃO	1976 - US\$ Mil	%	1977 - US\$ mil	%
INDÚSTRIA NACIONAL	1.856.978	68,08	2.250.641	76,59
INDÚSTRIA ESTRANGEIRA	870.656	31,92	687.814	23,41
TOTAL NEGOCIADO:	2.727.634	100,0	2.938.455	100,0

As Operações de Câmbio.

As aplicações da Carteira de Câmbio se situaram, em 31.12.77, num total de Cr\$ 12.262,7 milhões, apresentando incremento de 79% em relação a 1976.

Os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio alcançaram Cr\$ 9.007,0 milhões, decorrentes do maior amparo às exportações, especialmente de café, soja, minérios e produtos manufaturados.

Evolução das Aplicações

O comportamento das operações está resumido no quadro seguinte:

CONTRATAÇÕES

ESPECIFICAÇÕES	(US\$ milhões)		Varição
	1976	1977	(%)
COMPRAS			
De Exportação	4.786,3	4.521,3	-5,5
Financeiras	2.527,8	5.213,7	106,2
TOTAL	7.314,1	9.735,0	33,1
VENDAS			
De importação	4.900,9	6.186,4	26,2
Financeiras	3.053,5	5.568,9	82,4
TOTAL	7.954,4	11.755,3	47,8

O decréscimo verificado nas compras de exportação se deveu, principalmente, à retração na comercialização da soja e do café, a partir do segundo semestre.

Por outro lado, a importação de petróleo e derivados e também de fertilizantes foi a causa principal do incremento verificado nas vendas de importação, consideradas as de curso obrigatório e voluntário.

No final do ano, havia boas disponibilidades de crédito para importação e empréstimos em diversos convênios. A posição em 31.12.77 era a seguinte:

EXIMBANK	US 2,2 milhões
FINEG	US\$ 21,8 milhões
FIREX/FIRAE	US\$ 313,5 milhões
CONVÊNIO DE CRÉDITOS FIXOS	US\$ 77,4 milhões

Garantias

O Banco continua prestando seu apoio às exportações de bens e serviços.

A venda de serviços é missão das mais espinhosas, cujo êxito depende de muito esforço e dedicação. Não é fácil conquistar mercados onde alguns concorrentes já acumulam larga experiência nesse campo de atividade. Num desempenho satisfatório têm nossas empresas saído vitoriosas em concorrências de grande porte, disputadas não raras vezes por multinacionais, e envolvendo prestação de serviços de alto grau de sofisticação.

Trata-se de área relativamente nova de nossa pauta de vendas externas, que vem assumindo importância cada vez maior, na medida em que mercados como os da África, do Oriente Médio e da América Latina se abrem para esse tipo de exportação.

A viabilização dos negócios da espécie acha-se diretamente vinculada à concessão, pelo Banco, das necessárias garantias, tanto para a fase de habilitação inicial nas concorrências internacionais como para a execução propriamente dita das obras e respectivo fornecimento de mercadorias. Somaram 324 os termos de garantia, no valor de Cr\$ 15.217,0 milhões.

A contribuição do Banco nesse setor se processa de forma integrada, por intermédio da Carteira de Câmbio, na prestação de cartas de garantia; da CACEX, no financiamento à venda de estudos e projetos de engenharia; e da Carteira de Agências e Participações Internacionais, na ação das Agências Externas sob a forma de garantias e financiamentos de importadores locais.

Até o final do ano, para habilitação em concorrências internacionais, havia

92 contratos (Bid Bond) no total de Cr\$ 1.536 milhões. Garantindo a execução de obras ou fornecimento de produtos, tínhamos "em ser" 163 contratos (Performance Bond), no valor de Cr\$ 8.739 milhões, e ainda 79 avais e/ou fiança, no total de Cr\$ 4.943 milhões. Trata-se de garantias concedidas pelo Banco com base

somente em recursos próprios.

Em nome e por conta do Tesouro Nacional, existem 35 termos de fiança e/ou avais para financiamentos externos de Cr\$ 3.128 milhões e dois contratos de garantia de execução (Performance Bond) de Cr\$ 73,5 milhões.

O Banco nos Cinco Continentes

Apesar da modesta taxa de crescimento experimentada pelas principais nações do bloco ocidental, consequência ainda da recessão-determinada pela crise do petróleo, nossa rede de agências externas teve desempenho bastante satisfatório.

Além da decisiva atuação na captação de poupanças externas, sob a forma de empréstimos ou de capitais de risco, nossas filiais se constituem eficientes veículos de divulgação do Brasil, especialmente quanto às oportunidades comerciais e expectativas de mercado. Tem sido expressiva a colaboração prestada no lançamento de título de longo prazo no mercado internacional de capitais, tanto do tesouro quanto de grandes empresas brasileiras.

A presença do Banco nos centros financeiros mundiais de maior projeção tem propiciado sua participação em importantes sindicatos bancários, destinados ao financiamento de projetos em nosso país, às vezes na qualidade de "manager" ou de "co-manager".

O volume de empréstimos sindicados com participação do Banco evoluiu de US\$ 725,0 milhões em 1973 para US\$ 4.327,0 milhões em 1977. Novos financiamentos foram concretizados este ano, através de sindicatos envolvendo recursos de US\$ 1.530,4 milhões, em favor do Brasil. Em face de contratação, encontram-se operações que se elevam a US\$ 380 milhões.

Situou-se em torno de US\$ 2.121,0 milhões o saldo dos recursos obtidos no exterior com base na Resolução nº 63 do BACEN e Lei 4.131, dos quais foram contratados no período cerca de US\$ 251,0 milhões. A maior parte dos recursos assim obtidos foi canalizada para vários fundos e programas operados pelo Banco, notadamente FIREX/FIRAE/FINEG.

Prosseguiu a captação de recursos no mercado de "banker's acceptances", com a utilização de linhas de crédito de banqueiros americanos, obtendo-se através dessa fonte cerca de US\$ 762,0 milhões.

Para incremento do intercâmbio comercial com o exterior, foram contratados financiamentos de US\$ 1.318,0 milhões, dos quais US\$ 1.295,0 milhões correspondem ao comércio com o Brasil. As agências da América do Sul, visando a estimular a colocação de nossos manufaturados nos mercados de sua área, participaram desse total com aproximadamente US\$ 49,0 milhões, sob a forma de abertura de créditos e concessão de garantias aos importadores locais.

Com o objetivo de facilitar o fluxo do comércio financiado por intermédio da rede privada, foram autorizadas concessões e renovações de 31 linhas de crédito a bancos nacionais, no valor global de US\$ 40,8 milhões.

Aplicações e Depósitos

Nossos ativos no exterior, ao final do ano, perfaziam US\$ 9.542,0 milhões, incremento de 25% em relação ao volume existente em 31.12.76.

Os empréstimos registraram crescimento de US\$ 1.843 milhões, evidenciando índice bem favorável de aproveitamento dos recursos disponíveis. Aham-se concentrados em apenas cinco dependências — Grande Cayman, Londres, Panamá, Paris e Nova-Iorque — citadas pela ordem de aplicações, nada menos de 71,0% dos financiamentos globais deferidos pelas agências externas, cujo montante alcançou ao final do período, cerca de US\$ 9.276,0 milhões.

Os créditos internos desvinculados de importação e exportação, beneficiando empresas e particulares residentes, posicionaram-se em US\$ 189,0 milhões. A filial de Tóquio concorre com 58% dessas operações.

EMPRÉSTIMOS DAS AGÊNCIAS EXTERNAS — US\$ milhões

Modalidade	1976	1977	Varição %
Crédito Interno	255	189	- 25,9
Comércio Exterior	849	1.318	55,2
Interbancário	1.239	1.879	51,7
Créditos externos	5.090	5.890	15,7
TOTAIS	7.433	9.279	24,8

Os depósitos, por sua vez, revelaram expansão em 1977 de US\$ 1.845 milhões (25%), crescendo de US\$ 7.425,0 para US\$ 9.270,0 milhões. Na captação adicional de recursos, ficou o destaque, uma vez mais, com a filial em Nova-Iorque, ao registrar aumento de US\$ 1.220 milhões. Os depósitos de terceiros passaram de US\$ 3.286,0 milhões para US\$ 4.131,0 milhões, em decorrência dos esforços para captação de recursos locais, especialmente de fontes não tradicionais.

Crescimento da Rede de Agências

Com a instalação de mais nove unidades, passou o Banco a dispor de 45 dependências no exterior, todas em pleno funcionamento, distribuídas agora nos cinco continentes.

Iniciaram suas atividades, no decorrer do período, as dependências de Washington, Sydney, Opera, em Paris, Ciudad Vieja, Payssandu e Rivera, no Uruguai, Antofagasta, Concepción e Valparaíso, no Chile. Digna de relevo a inauguração do escritório em Sydney, veículo de penetração do Banco no vasto e promissor mercado australiano.

Prosseguem os trabalhos de instalação das agências em Abidjã (Costa do Marfim), Bruxelas, Caracas, Viena e Cingapura.

Participações Internacionais

A participação acionária em empresas multinacionais de crédito objetiva ampliar e fortalecer a atuação do Banco, sempre em caráter suplementar às atividades de sua própria rede externa. Em 1977, merecem destaque as participações no BIAO, ARLABANK e BLADEX pelas possibilidades de negócios e expressão dos investimentos.

O Banco Internacionale pour l'Afrique Occidentale (BIAO), com sede em Paris, é especializado em operações na África Ocidental. Sua rede de agências, incluídos os bancos subsidiários e afiliados, totaliza 140 dependências, que cobrem treze países africanos e cinco europeus.

É um acontecimento importante, não só porque o Brasil se identifica com a região por traços de natureza histórica e cultural, como também pelas perspectivas altamente promissoras que, com o surgimento de novos estados africanos, se abrem para os países que desejam ligações políticas e comerciais mais sólidas com a África.

A Arab Latin American Bank (ARLABANK), sediado em Lima, congrega instituições financeiras do mundo árabe, de dez países latino-americanos, da Espanha e da França, e objetiva fomentar a cooperação econômica entre bancos árabes, europeus e latino-americanos através de financiamentos e investimentos.

Essa associação direta de capitais árabes e latino-americanos abre amplas perspectivas para o Brasil, uma vez que mobilizará fundos para a América Latina, a partir dos mercados de capitais árabes e internacionais.

Já o Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A. (BLADEX) é formado por bancos oficiais e comerciais e outras instituições financeiras de países latino-americanos, com sede no Panamá. Destina-se o BLADEX a promover as exportações de bens e serviços.

Com isso, se elevam a doze as participações internacionais do Banco, que dispõe de uma gerência específica criada em 1977 com a finalidade de acompanhar atividades de bancos e empresas financeiras no exterior, de que o Banco do Brasil detenha participação acionária, bem como os serviços de apoio a investimentos estrangeiros no Brasil.

Agências no País

O Banco encerrou o exterior com 1.111 dependências em funcionamento e 211 em instalação, totalizando 1.322 filiais em todo o território nacional. Destas, 1.129 correspondem a agências autônomas, 98 à classe I e 95 postos de serviços, com acréscimo de 15,4% em relação ao ano anterior.

Na abertura de novas filiais, o critério adotado pelo Banco tem sido basicamente o de beneficiar as áreas mais necessitadas de assistência creditícia, precipuamente aquelas cujo potencial carece de estímulo do crédito rural, responsável pela organização econômica de extensas regiões e sua incorporação à economia nacional. O aspecto social tem influído preponderantemente na criação de novas dependências.

É importante ressaltar que a presença do Banco nos pontos mais afastados do Território Nacional, em locais de menor atratividade tem como objetivo maior suplementar a ação da rede bancária privada, afastando qualquer caráter competitivo.

Na verdade o Banco nesse processo, abstrai-se, não raro, do aspecto lucrativo. Age sobretudo como redistribuidor de poupança, aplicando sistematicamente no interior, onde estão localizadas 92% de suas dependências autônomas, recursos bem superiores aos provenientes de captação local. O quadro mostra a distribuição das filiais do Banco por Diretoria Operacional.

Rede de Dependências

Diretorias	31.12.74		31.12.75		31.12.76		31.12.77	
	Agências	Comp. %	Agências	Comp. %	Agências	Comp. %	Agências	Comp. %
DIRAM	92	8,3	95	8,4	98	8,6	121	9,2
DINOR	214	19,4	216	19,2	218	19,1	336	25,4
DIREG	113	10,2	119	10,5	121	10,6	129	9,8
DIMIG	211	19,1	216	19,2	218	19,1	244	18,4
DISAP	220	19,9	224	19,9	226	19,8	226	17,1
DICAP	132	12,0	135	12,0	139	12,2	141	10,7
DISUL	122	11,1	122	10,8	124	10,8	125	9,4
BRASIL	1.104	100,0	1.127	100,0	1.144	100,0	1.322	100,0

Fonte: DEPAD/DIPLA, COTEC (*). Inclui agências, subagências e postos de serviço instalados e em instalação.

Parecer do Conselho Fiscal datado de 23.01.1978

Senhores Acionistas.

O Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., após examinar — em cumprimento dos mandamentos legais e estatutários — os livros e papéis da sociedade, os inventários, balanços e contas da Diretoria e certificar-se da regularidade dos negócios e

operações sociais, bem como da correção dos citados registros e balanços relativos ao ano de 1977, manifesta-se por seus membros pela aprovação dos balanços e contas examinados, correspondentes ao exercício social encerrado em 30 de dezembro de 1977.

Manifestação do Conselho de Administração

De conformidade com o item V do artigo 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, o

Conselho de Administração do Banco do Brasil, em sessão de 22.3.78, aprovou o Relatório da Administração — 1977 e as Contas da Diretoria.

NOTA

O balanço do 1º semestre foi publicado em 29.7.77 e a demonstração de lucros e perdas, em 15.8.77 no Diário Oficial da União. Em 23.7.77, foram publicados no Correio Braziliense o balanço, demonstração de lucros e perdas e balanço

consolidado. Relativamente ao 2º semestre de 1977, no Diário Oficial da União de 31.1.78, foram publicados o balanço e lucros e perdas; no Correio Braziliense de 30.1.78, o balanço, lucros e perdas e balanço consolidado.

(Nº 4569 - 7-4-78 - Cr\$20.400,00)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Delegacia Regional em São Paulo

PORTARIA DASP Nº 3-78

O Delegado da Superintendência Nacional do Abastecimento no Estado de São Paulo no uso de suas atribuições e considerando o que estabelece o artigo 8º e seu parágrafo, do Regimento Interno da SUNAB, bem como os termos

da Portaria SUNAB número 703, de 5 de novembro de 1976, publicada no BIP número 48-76, resolve:

Designar Abigail Gordilho Porto, Inspetor de Abastecimento, NS-937.6, matrícula número 2.109.002, para exercer os encargos de Substituto do Chefe da Seção de Inspeção e Fiscalização, durante seus impedimentos legais, temporários ou eventuais. — Rubens Baggio dos Santos, Delegado Substituto.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 115 DE 3 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, tendo em vista o Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, e a Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975,

R E S O L V E

designar os servidores constantes da relação anexa à presente Portaria, para exercerem as funções de Direção e Assistência Intermediária ali mencionadas, de acordo com o Decreto nº 81284, de 31 de janeiro de 1978, ficando em consequência deste ato exonerados ou dispensados dos cargos em comissão ou funções gratificadas que vinham ocupando ou desempenhando na sistemática anterior.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

UNIDADE ORGANIZACIONAL: DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO			
FUNÇÃO	DAI	NOME	CATEGORIA FUNCIONAL
DIVISÃO DE CADASTRO			
Assistente	112.3	Lourdes Maria Nascimento Moraes	Técnico em Cadastro Rural, Código LT-1011.B, Referência 33

PORTARIA Nº 116 DE 3 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, tendo em vista o Decreto nº 72.912, de 10 de setembro de 1973, e a Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975,

R E S O L V E

designar os servidores constantes da relação anexa à presente Portaria, ocupantes de Cargo do Quadro Permanente e/ou emprego da Tabela Permanente deste Instituto, para exercerem, em caráter provisório e, por se tratar de primeiro provimento, as funções de Direção e Assistência Intermediárias, sem prejuízo da observância da correlação estabelecida pelo Decreto nº 81.284 de 31 de janeiro de 1978, que implantou o Grupo DAI-110 do INCRA, quando dos provimentos das referidas funções que ocorrerem após a respectiva vacância, ficando em consequência deste ato exonerados ou dispensados dos cargos em comissão ou funções gratificadas que venham ocupando ou desempenhando na sistemática anterior.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

UNIDADE ORGANIZACIONAL: SECRETARIA DE FINANÇAS			
FUNÇÃO	DAI	NOME	CATEGORIA FUNCIONAL
SERVIÇO EXECUTIVO DE FINANÇAS			
Chefe da Seção Financeira	111.3	Célia Muniz Dantas	Contador, Código NS-924. A, Referência 44.
Chefe da Seção de Exame de Prestação de Contas	111.3	Joana D'arc Rocha	Técnico de Contabilidade, LT-1042. B, Referência 33.

PORTARIA Nº 117 DE 3 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, tendo em vista o Decreto nº 72.912, de 10 de setembro de 1973, e a Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975,

RESOLVE

excluir da relação anexa, da Portaria nº 51, de 22 de fevereiro de 1978, as servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA DE FINANÇAS

Serviço Executivo de Finanças

Seção Financeira

JOANA D'ARC ROCHA

Técnico de Contabilidade, Código LT-1042.B, Referência 33

Seção de Exame de Prestação de Contas

CÉLIA MUNIZ DANTAS

Contador, Código NS-924.A, Referência 44.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

PORTARIA Nº 118 DE 3 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, e tendo em vista o conteúdo na CI/DP/nº 182/78,

RESOLVE

Conceder dispensa a CARLOS ANTÔNIO VIRGULINO GUEDES, Economista, Código LT-922.A, Referência 38, de Assistente, DAI-112.3, da Divisão de Coordenação e Integração, do Departamento de Projetos e Operações, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal, deste Instituto.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

PORTARIA Nº 119 DE 3 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, e tendo em vista o conteúdo na CI/DP/nº 193/78,

RESOLVE

conceder dispensa a MÁRIO WILSON ESTILAC LEAL, Estatístico, NS-926.C, Referência 50, de Chefe da Seção de Coordenação Regional, DAI-111.3, da Divisão de Coordenação e Integração, do Departamento de Projetos e Operações, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal, deste Instituto.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

PORTARIA SP/Nº 120 DE 3 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, tendo em vista o Decreto nº 72.912, de 10 de setembro de 1973, e a Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975,

RESOLVE

designar os servidores constantes da relação anexa à presente Portaria, ocupantes de Cargo do Quadro Permanente e/ou emprego da Tabela Permanente deste Instituto, para exercerem, em caráter provisorio e, por se tratar de primeiro provimento, as funções de Direção e Assistência Intermediárias, sem prejuízo da observância da correlação estabelecida pelo Decreto nº 81.284 de 31 de janeiro de 1978, que implantou o Grupo DAI-110 do INCRA, quando dos provimentos das referidas funções que ocorrerem após a respectiva vacância, ficando em consequência deste ato exonerados ou dispensados dos cargos em comissão ou funções gratificadas que venham ocupando ou desempenhando na sistemática anterior.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

UNIDADE ORGANIZACIONAL: DIVISÃO ESTADUAL TÉCNICA DO RIO GRANDE DO NORTE - CR-02/T-1			
FUNÇÃO	DAI	NOME	CATEGORIA FUNCIONAL
Chefe da Seção de Desenvolvimento Rural	111.3	Paula Francinete Pereira Dávila	Socióloga - Código LT-929.A, Referência 43

PORTARIA Nº 122 DE 4 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, tendo em vista o Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, e a Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975,

RESOLVE

designar os servidores constantes da relação anexa à presente Portaria, para exercerem as funções de Direção e Assistência Intermediária ali mencionadas, de acordo com o Decreto nº 81284, de 31 de janeiro de 1978, ficando em consequência deste ato exonerados ou dispensados dos cargos em comissão ou funções gratificadas que vinham ocupando ou desempenhando na sistemática anterior.

FELIPE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

UNIDADE ORGANIZACIONAL: DIVISÃO ESTADUAL TÉCNICA DO RIO GRANDE DO NORTE - CR-02/T-1			
FUNÇÃO	DAI	NOME	CATEGORIA FUNCIONAL
Assistente	111.3	Júlio Pires Bezerra da Nobrega	Engenheiro Agrônomo, Código LT-912.B, Referência 48
Seção Administrativa	111.3	Maria Rutilante Pires	Agente Administrativo, Código 801.C, Referência 33
Seção Executiva de Finanças	111.3	Ademar de Araújo Villar Raposo de Melo	Técnico de Contabilidade, Código LT-1042.A, Referência 30
Seção de Projetos e Operações	111.3	Clovis Pereira Cabral	Engenheiro Agrônomo, Código LT-912.C, Referência 50
Seção de Cadastro	111.3	Zenivaldo Bezerra Alves	Técnico de Cadastro Rural, Código LT-1011.A, Referência 28
Seção de Tributação	111.3	João Aquino Ferreira Neto	Técnico de Cadastro Rural, Código LT-1011.A, Referência 30

PORTARIA Nº 121 DE 4 DE ABRIL DE 1978

O SECRETÁRIO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelo Sr. Presidente do Órgão, através da Portaria nº 989, de 19 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977, tendo em vista o Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, e a Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975,

R E S O L V E

designar os servidores constantes da relação anexa à presente Portaria, para exercerem as funções de Direção e Assistência Intermediária ali mencionadas, de acordo com o Decreto nº 81284, de 31 de janeiro de 1978, ficando em consequência deste ato exonerados ou dispensados dos cargos em comissão ou funções gratificadas que vinham ocupando ou desempenhando na sistemática anterior.

CELSE DOS SANTOS JACINTO
Secretário de Pessoal

UNIDADE ORGANIZACIONAL: DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES			
FUNÇÃO	DAI	NOME	CATEGORIA FUNCIONAL
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E INTERMEDIÇÃO			
Assistente	112.3	Mário Wilson Estillac Leal	Economista, Código NS-922.C, Referência 50
Chefe da Seção de Coordenação Regional	111.3	Andrelina da Jesus Araújo Arranha	Engenheiro Agrônomo, Código LT-912.A, Referência 37

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS

PORTARIA Nº 8, DE 1 DE FEVEREIRO DE 1978

O Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento, resolve:

Designar Luis Gomes de Freitas, matrícula nº 41.06, ocupante do emprego de Agente Administrativo Código LT-TP-1202.1, referência "A", da Tabela Permanente deste Instituto, para exercer a função de Chefe da Seção de Microfilmagem Código DAI-111.2 do Departamento de Processamento de Dados e Documentação criada pelo Decreto nº 79.839, de 22 de junho de 1977, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional correlata, com a referida função, de acordo com o Decreto mencionado. — *Fernando de Mello Freyre*

PORTARIA Nº 42 DE 7 DE MARÇO DE 1978

O Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento, resolve:

Designar José Cardoso da Silva, matrícula nº 39.08, ocupante do emprego de Agente Administrativo código LT-SA-801.5, referência "B", da Tabela Permanente deste Instituto, para responder pela Seção de Contabilidade, Código DAI-111.2, do Departamento de Finanças e Contabilidade, criada pelo Decreto nº 79.839, de 22 de junho de 1977, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional correlata com a referida função, de acordo com o mencionado Decreto. — *Fernando de Mello Freyre*

PORTARIAS DE 10 DE MARÇO DE 1978

O Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento, resolve:

Nº 46 — Designar Luiz Cristovão de Aguiar, matrícula nº 41.04 ocupante Emprego de Agente Administrativo Código LT-SA-801.4, referência "A", da Tabela Permanente deste Instituto, para exercer a Chefia da Seção de Expediente e Arquivo, Código DAI-111.2, do Departamento de Administração, criada pelo Decreto nº 79.839, de 22 de junho de 1977.

Nº 49 — Designar Graziela Irene Barbosa Bruscky, matrícula número 36.02, ocupante do emprego de Técnico de Administração, Código LT-NS-923.6, referência "B", da Tabela Permanente deste Instituto, para exercer a função de Assistente da Divisão de Legislação, Direitos e Deveres, Código LT-DAI-112.2, do Departamento de Pessoal, criada pelo Decreto nº 79.839, de 22 de junho de 1977, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional correlata com a referida função, de acordo com o Decreto mencionado.

Nº 50 — Designar Maria Rejane Souza de Brito Lyra, matrícula nº 4 ocupante do emprego de Pesquisador Assistente, Código LT-PCT-203.2, referência "B", da Tabela de Pessoal Permanente deste Instituto, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3 do Departamento de Estatística, criada pelo Decreto nº 79.839, de 22 de junho de 1977.

Nº 51 — Designar Marcelo Jorge de Santana, matrícula nº 42.00, ocupante do emprego de Agente Administrativo,

Código LT-SA-801.5, referência "B", da Tabela Permanente deste Instituto, para responder pela Divisão de Administração Financeira, Código DAI-111.8, do Departamento de Finanças e Contabilidade, criada pelo Decreto número 79.839, de 22 de junho de 1977, enquanto

houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional correlata com a referida função, de acordo com o mencionado Decreto. — *Fernando de Mello Freyre*

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 053 DE 28 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 18, letra J do Regimento Interno, resolve:

Aposentar, com fundamento no Art. 101, item III, combinado com o Art. 102, item I, alínea "a" da Constituição e de acordo com a Lei nº 6 226, de 14/07/75, MANOEL ALONSO, matrícula nº 1 673 372, no cargo de Professor de Ensino de 19 e 29 Graus Código M-402,3, em regime de 40 horas, redistribuído do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para o Quadro de Pessoal da Escola Técnica Federal de São Paulo, conforme Portaria nº 54, de 31 de janeiro de 1975, do Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil DASP, de acordo com o disposto no Artigo 99 § 2º do Decreto-Lei número 200 de 25 de fevereiro de 1967. (Processo nº 9392/78).

Theophilo Carnier

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 14, DE 5 DE JANEIRO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do processo nº 12.639-77-CSAU, resolve:

Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III, parágrafo único e 102, item I, letra "a" da Constituição, a Walda de Medeiros Vieira, matrícula 2.232.344, no cargo de Auxiliar de En-

fermagem Código NM.1001-A, do Quadro Permanente, desta Universidade. — *Manoel Machado Ramalho de Azevedo*

PORTARIA Nº 264, DE 27 DE MARÇO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do processo nº 1.080-78-CSAU, resolve:

Conceder dispensa, a partir de março de 1978, a Silvio Alves Pereira, do emprego de Datilógrafo Código LT-802.A, Referência 17, da Tabela Permanente, da Universidade Federal de Alagoas. — *Manoel Machado Ramalho de Azevedo*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 128 DE 8 DE FEVEREIRO DE 1978

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que lhe confere o artigo 12 do Decreto 72.912, de 10 de outubro de 1973, e o disposto na alínea "b" do item V da Instrução Normativa DASP/Nº 46, de 19 de agosto de 1975,

RESOLVE designar FLAUSINA GONÇALVES BORGES, Assistente Social, Código NS-930.1, do Quadro Permanente da U.F.GO, para exercer a Função de Confiança de Chefe da Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento de Pessoal, integrante da Categoria Direção Intermediária, do Grupo Direção e Assistência Intermediárias, Código DAI-111.2, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos da lotação da Categoria Funcional de Agente Administrativo, Código SA-801, correlata com a referida função, de acordo com o Decreto 81.224, de 18 de janeiro de 1978, publicado no D.O.U. de 19/01/78.

Prof. José Cruciano de Araújo

PORTARIA Nº 315 DE 22 DE MARÇO DE 1978

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que consta no Processo nº 001124/78,

RESOLVE designar GERSON AUGUSTO VELOSO, Auxiliar de Ensino, contratado, em regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, lotado na Faculdade de Medicina, para operar direta e habitualmente com Raios X, no Departamento de Radiologia da referida Unidade.

Prof. José Cruciano de Araújo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Portaria nº 426, de 03 de abril de 1978.

O SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, de acordo com o artigo 2º, combinado com o artigo 34, Item II, do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977, com efeitos a partir de 1º de outubro de 1977:

A) - No Quadro Permanente desta Universidade Federal da Bahia,
I - da classe "A", referência 42, para a classe "B", referência 43, da Categoria Funcional de Enfermeiro, Código NS-904, mediante deslocamento dos respectivos cargos para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - CARMEN SOUZA BRANDÃO
- 2 - DIVA DA SILVA VILAS BOAS
- 3 - ENÉDE ANDRADE CRUZ
- 4 - EUNICE MARINHO ALCANTARA
- 5 - LEDA MARIA GOUVEIA RIZZO
- 6 - MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA NOGUEIRA
- 7 - MARIA IZABEL DOS ANJOS SOUZA
- 8 - MARIA JOSÉ DE SANTANA
- 9 - MARIA LUIZA SANTOS FERREIRA
- 10 - MARIA STELLA SAMPAIO GALVÃO
- 11 - MARILENE BACELAR BAQUEIRO
- 12 - NILZETE GOMES MASSA

II - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Engenheiro, Código NS-916, mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - ANTONIO CELSO SPÍNOLA COSTA

III - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Economista, Código NS-922, mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - CLARICE DUARTE BATISTA

IV - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-927, mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - CARLOTA SOARES DE MAGALHÃES
- 2 - NEIDE MARIA DE CERQUEIRA SANTOS
- 3 - INAN COELHO CAMPINHO DE SANTANA SANTOS

V - da classe "A", referência 40, para a classe "B", referência 41 da Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Culturais, Código NS-928, mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - EDELSON AURÉLIO DE ASSIS
- 2 - HERUNDINA DE ANDRADE FREIRE

VI - da classe "A", referência 40, para a classe "B", referência 41, da Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social, Código NS-931, mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - ANITA MARIA GARCIA BARBOSA

B) - Na Tabela Permanente desta Universidade Federal da Bahia

I - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Odontólogo, Código NS-909, mediante deslocamento do respectivo emprego para compor a lotação da nova classe, a

1 - JERÔNIMO DE ANDRADE TORRES

II - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Técnico de Administração, Código NS-923, mediante deslocamento do respectivo emprego para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - DIELOSON MARTINS LIMA
- 2 - FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA
- 3 - MÁRIA NORMA FARIAS VIANNA
- 4 - TEREZINHA MACHADO AGUIAR

III - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-927, mediante deslocamento do respectivo emprego para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - GEORGINA DA SILVA OLIVEIRA
- 2 - IRACY DA SILVA PIZANÇO

IV - da classe "A", referência 40, para a classe "B", referência 41, da Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social, Código NS-931, mediante deslocamento do respectivo emprego para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ FILHO

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Salvador, 03 de abril de 1978.

a) Juraci Flori Borges de Barros

SUPERINTENDENTE DE PESSOAL

Portaria nº 429, de 03 de abril de 1978

O SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, de acordo com o artigo 2º, combinado com o artigo 34, Item II, do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977, com efeitos a partir de 1º de outubro de 1977:

A) - No Quadro Permanente desta Universidade Federal da Bahia,
I - da classe "B", referência 20, para a classe "C", referência 21, da Categoria Funcional de Motorista Oficial, Código TP-1201, mediante deslocamento dos respectivos cargos para compor a lotação da nova classe, a

- 1 - FLORISVALDO AMÉRICO ALVES
- 2 - GILBERTO ALVES SACRAMENTO
- 3 - JOSÉ LOPES
- 4 - REGINALDO DIAS NASCIMENTO

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Salvador, 03 de abril de 1978.

a) Juraci Flori Borges de Barros

SUPERINTENDENTE DE PESSOAL

Portaria nº 428, de 03 de abril de 1978

O SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, de acordo com o artigo 2º, combinado com o artigo 34, item II, do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977, com efeitos a partir de 1º de outubro de 1977,

A) - No Quadro Permanente desta Universidade Federal da Bahia
1 - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Procurador Autárquico, código SJ-1103, mediante deslocamento do respectivo cargo para compor a lotação da nova classe, a

1 - PAULO RAMOS MARTINHO

B) - Na Tabela Permanente desta Universidade Federal da Bahia
1 - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Procurador Autárquico, código SJ-1103, mediante deslocamento do respectivo emprego para compor a lotação da nova classe, a

1 - NELSON FIGUEIREDO PONDE

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Salvador, 03 de abril de 1978.

a) Juraci Flori Borges de Barros
SUPERINTENDENTE DE PESSOAL

Portaria nº 427 de 03.04.78

O SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, de acordo com o artigo 2º, combinado com o artigo 34, item II, do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977, com efeitos a partir de 1º de outubro de 1977:

A) - No Quadro Permanente desta Universidade Federal da Bahia

1 - da classe "B", referência 26, para a classe "C", referência 27, da Categoria Funcional de Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, Código NM-1033, mediante deslocamento dos respectivos cargos para compor a lotação da nova classe, a

1 - CARLOS FREDERICO DOS SANTOS
2 - VIVALDO SEVERIANO DA SILVA

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Salvador, 03 de abril de 1978.

a) Juraci Flori Borges de Barros
SUPERINTENDENTE DE PESSOAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nº 256 — Conceder aposentadoria, de acordo com a parte final do artigo 1º e o artigo 2º, da Lei nº 3.906-61, a Orestes Ribas, matrícula nº 2.148.945, no cargo de Técnico de Laboratório, Código: NM-1005.C, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Ceará, lotado no Laboratório de Ciências do Mar desta Universidade.

Nº 256 — Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III e 102, item I, letra a, da Constituição, combinado com o artigo 180, alíneas a e b, da Lei número 1.711, de 28.10.52, alterado pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, a Francisco Firmino, matrícula nº 2.080.284, no cargo de Artífice de Artes Gráficas, Código: ART-706.3, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Ceará, com as vantagens da função de Chefe da Seção de Tipografia, Código: DAI-111.2, da Imprensa

Universitária, desta Universidade. — Prof. Newton Teófilo Gonçalves, Pró-Reitor de Extensão no exercício da Reitoria

PORTARIA Nº 261 DE 27 DE MARÇO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que consta do Processo nº 3299-78-UFC, resolve:

Designar Wellington Assunção Matos, Agente Administrativo, nº 801.B, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Ceará, para exercer a função de Secretário Administrativo, Código: DAI-111.1, do Departamento de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis desta Universidade, criada pelo Decreto nº 79.701, de 16 de maio de 1977, publicado no Diário Oficial de 18 seguinte. — Prof. José Maria Moreira Campos, Pró-Reitor de Graduação no exercício da Reitoria

PORTARIA Nº 276 DE 31 DE MARÇO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que consta do Processo nº 3324-78-UFC, resolve:

Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III e 102, item I, letra a da Constituição, a Maria Naise Diogenes Ribeiro, matrícula número 1.961.933, no cargo de Agente Administrativo, SA-801.C, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Ceará, lotada na Reitoria desta Universidade. — Prof. José Maria Moreira Campos, Pró-Reitor de Graduação no exercício da Reitoria

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 278, DE 31 DE MARÇO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais

e estatutárias e tendo em vista o que consta do Processo nº 3.955-78-UFC, resolve:

Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 176, item II e 180, alínea a e b, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria Eiconóra de Aencar Arraes, matrícula nº 2.107.701, no cargo de Agente Administrativo, SA-801.C, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Ceará, com as vantagens do cargo, em comissão, de Diretora, LT-DAS-101.1 do Departamento de Ensino de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação desta Universidade. — Prof. José Maria Moreira Campos, Pró-Reitor de Graduação no exercício da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 911 DE 5 DE ABRIL DE 1978

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o item 6, do artigo 43 do Estatuto da UFMG, e tendo em vista o que consta do Processo DASP 4.121/78,

RESOLVE admitir, sob o regime de Legislação Trabalhista, nos empregos abaixo relacionados, os seguintes candidatos habilitados em Concurso Público, realizado pelo DASP:

AGENTE ADMINISTRATIVO, LT-SA-801. Ref.24:

Alzira Lacerda
Elizabete Moreira Castro
Emílio de Oliveira Leite
Maria Helena Rabelo da Rocha
Violeta Odete de Freitas Rodrigues

AUXILIAR DE ENFERMAGEM, LT-NM-1001, Ref.24:

Adélia Maria Barbosa
Ângela Maria Serchê
Carmen Lúcia de Campos Costa
Dulce Baptista de Almeida
Dulcinea Santero
Efigênia das Dores Faustina
Elizabeth Raimunda Rodrigues dos Santos
Elvira de Souza
Eremita Soares dos Reis
Evani Alves da Silva
Fátima de Lourdes de Oliveira
Francisca Magda Couto
Gerônima Martins Abreu

AUXILIAR DE ENFERMAGEM, LT-NM-1001, Ref.24:

Ismar Borges de Oliveira
Izaura Almeida de Macedo
Joaninha Ferreira dos Santos
Lea Gomes da Silva
Luzia Margarida Barbosa França
Maria Archanjo Guedes Augusto
Maria da Conceição de Oliveira Pereira
Maria de Fátima Bertolino
Maria de Jesus Ganda de Oliveira
Maria Helena Gomes da Silva
Maria Irene dos Reis
Odete dos Santos
Sirlene Maria de Castro
Vanete Alves dos Santos
Vera Lúcia Moreira

AGENTE DE PORTARIA, LT-TP.1202, Ref.03:

Eleusa de Oliveira Silva
Maria das Graças Barbosa

A entrada em exercício, por parte dos candidatos ora admitidos, dar-se-á durante o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente Portaria.

REITOR

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 54-78 — GR. DE 22 DE
MARÇO DE 1978

O Reitor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Declarar aposentado, compulsoriamente, de acordo com o artigo 176, item I,

combinado com o artigo 187 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, e observado o item II do artigo 102 da Constituição, a partir de 20 de março do corrente ano, José Lopes da Silva, matrícula número 2.276.964 no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Classe B, Referência 16, Código NM-1006, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente desta Universidade. (Processo UFRPE nº 253-78). — Humberto Carneiro.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

PORTARIAS P. DE 22.03.78

O Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 28- DESIGNAR os servidores abaixo indicados para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos acima mencionados, ficando sob sua guarda os arquivos do Departamento Financeiro, pertinentes ao assunto e que se encontram no Rio de Janeiro:

- JURANDYR RIGOS	-	Agência Regional de Santos
- JOSÉ WALDEMAR DE ABREU	-	Administração Central
- WALZEMAR JANSEN DE MELLO	-	Administração Central

A Comissão, para fiel cumprimento de sua missão, poderá requisitar:

- diretamente dos Setores da Administração Central e Projeções, processos e todos os informes pertinentes à matéria de que estiver tratando, bem como preparar partidas contábeis que, devidamente assinadas pelo Presidente da Comissão, deverão ser lançadas pelas Contadorias.
- através do Senhor Diretor de Administração, os auxílios para a coleta e seleção de documentos, cálculos e serviços datilográficos.

Nº 29- EXONERAR a pedido, do Quadro Permanente desta Autarquia, o funcionário AMARY PESSOA FILHO, Agente de Comercialização de Café, Classe C, Código NM.1022.5, referência 29, lotado na Agência de Curitiba.

Nº 30- EXONERAR, a pedido, do Quadro Permanente desta Autarquia, o funcionário ANTONIO CARLOS DE MELLO, Agente de Comercialização de Café, Classe D, Código NM.1022.7, Referência 32, lotada na Agência Regional de Santos.

Nº 31- EXONERAR, a pedido, do Quadro Permanente desta Autarquia, o funcionário JOSÉ ARTHUR RAMOS, Agente de Comercialização de Café, Classe D, Código NM.1022.7, Referência 32, lotado na Agência Regional de Santos.

Nº 32- EXONERAR, a pedido, do Quadro Suplementar desta Autarquia, o funcionário ARIOSVALDO PEIXOTO DE SOUZA, Servente, Nível 5, lotado na Agência Regional de Paranaguá.

Nº 33- EXONERAR, a pedido, do Quadro Permanente desta Autarquia, o funcionário IRENE JOSÉ EINHORN GOLDENBERG, Economista, Classe C, Código NS.922, Referência 50, lotado na Agência Regional de São Paulo.

CAMILLO CALAZANS DE MAGALHÃES

Departamento do Pessoal

PORTARIAS DE PES DE 17.03.78

O Chefe do Departamento de Pessoal do Instituto Brasileiro do Café, usando das atribuições que lhe confere a Portaria P.97, de 20.12.77, resolve:

Nº 316- APOSENTAR o funcionário EMÍLIO DA SILVA, Motorista Oficial, Classe "A", código TP.1201.3, Ref. 13, lotado na Agência Regional de Santos, de acordo com os artigos 176, item III e 178, item II, mediante a percepção de proventos proporcionais ao tempo de serviço (19 anos) na razão de 1/35 (um trinta

ta e cinco avos) por ano, acrescidos da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 318- APOSENTAR o funcionário JOSÉ VASSAPOLO, Agente de Portaria, Código TP.1202.4, Ref. 16, lotado na Agência Regional de Santos, de acordo com os artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b", da Constituição, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei nº 4345/64, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) correspondente a 5 (cinco) quinquênios.

Nº 319- CONCEDER aposentadoria ao funcionário OTAVIO GODIANO, Agente de Portaria, Classe "B", código TP.1202.2, Ref. 8, lotado na Agência Regional de São Paulo, de acordo com os artigos 176, item II e 178, item I, alínea "a", da Lei nº 1711/52, acrescidos da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 320 - CONCEDER aposentadoria ao funcionário EMÍDIO DE SILVIO, Agente de Comercialização de Café, Classe "B", código NM.1022.3, Ref. 22, lotado na Agência Regional de Londrina, de acordo com os artigos 176, item II e 178, item I, alínea "a", da Lei número 1711/52, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 321 - CONCEDER aposentadoria ao funcionário LUIZ DAMIANI, Agente de Comercialização de Café, Classe "C", código NM.1022.5, Ref. 29, lotado na Agência Local de Itajaí, de acordo com os artigos 176, item II e 178, item I, alínea "a", da Lei nº 1711/52, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 324 - APOSENTAR o funcionário JOSÉ SARRACENI, Servente, nível 5, do Quadro Suplementar, lotado na Agência Regional de São Paulo, de acordo com os artigos 176, item III e 178, item I, alínea "b", da Lei 1711/52, mediante a percepção de proventos integrais e da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 325 - APOSENTAR o funcionário JOSÉ ANTONIO DE SOUZA, Servente, nível 5, do Quadro Suplementar, lotado na Agência Regional de São Paulo, de acordo com os artigos 176, item III e 178, item I, alínea "b", da Lei nº 1711/52, mediante a percepção de proventos integrais e da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 326 - APOSENTAR o funcionário SEBASTIÃO GABRIEL NETO, Agente de Portaria, Classe "B", código TP.1202.2, Ref. 8, lotado na Agência Regional de Londrina, de acordo com os artigos 176, item III e 178, item II, da Lei 1711/52, com a nova redação dada pela Lei 6481/77, mediante a percepção de proventos proporcionais ao tempo de serviço (14 anos) na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, e da vantagem prevista no Artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 10% (dez por cento), correspondente a 2 (dois) quinquênios.

Nº 327 - CONCEDER aposentadoria ao funcionário WASHINGTON BARRETO DA SILVA, Agente de Comercialização de Café, Classe "D", código NM.1022.7, Ref. 32, lotado na Agência Regional de Salvador, de acordo com os artigos 176, item II e 178, item I, alínea "a", da Lei 1711/52, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da vantagem prevista no artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 30% (trinta por cento), correspondente a 6 (seis) quinquênios.

Nº 329 - APOSENTAR o funcionário AFONSO JÁRIA FILHO, Agente de Comercialização de Café, Classe "D", código NM.1022.7, Ref. 32,

lotado na Agência Regional de Londrina, de acordo com os artigos 176, item III e 178, item II, da Lei 1711/52, com a nova redação dada pela Lei 6481/77, mediante a percepção de proventos proporcionais ao tempo de serviço (16 anos), na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, acrescidos da vantagem prevista no artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 10% (dez por cento), correspondente a 2 (dois) quinquênios.

HUGO LUIZ GURJÃO DE MELLO

O Chefe do Departamento de Pessoal do Instituto Brasileiro do Café, usando das atribuições que lhe confere a Portaria P.97, de 20.12.77, resolve:

Nº 330 - APOSENTAR, compulsoriamente, o funcionário ORLANDO JOSÉ LOPES, Agente Administrativo, código SA.801.6, Ref. 32, lotado na Agência Regional de Belo Horizonte, de acordo com o artigo 176, item I, combinado com os artigos 178, item II, e 187, da Lei nº 1711, de 28.10.52, mediante a percepção de proventos proporcionais a 24 (vinte e quatro) anos de serviço, na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, acrescidos da vantagem prevista no artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento), correspondente a 3 (três) quinquênios.

Nº 331 - DESIGNAR o servidor ORLANDO CRUZ, Procurador Autárquico SJ-1103, Classe "A", Ref. 43, para exercer a função integrante das categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.3, de Chefe da Procuradoria Regional da Agência Regional de São Paulo.

Nº 333 - APOSENTAR, compulsoriamente, o funcionário DECIO CUNHA, Tesoureiro Auxiliar de 1ª Categoria, do Quadro Suplementar, lotado na Agência Local de Goiânia, de acordo com o artigo 176, item I, combinado com os artigos 178, item I, alínea "a" e 187, da Lei nº 1711, de 28.10.52, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da vantagem prevista no artigo 109 da Lei nº 4345/64, no percentual de 35% (trinta e cinco por cento), correspondente a 7 (sete) quinquênios.

Nº 334 - CONCEDER aposentadoria ao funcionário DOMINGOS CARDOSO, lotado na Agência Regional de São Paulo, no cargo de Agente de Comercialização de Café, código NM.1022.7, Ref. 32, de acordo com os artigos 176, item II e 178, item I, alínea "a", combinados com o artigo 180, alínea "a", da Lei nº 1711, de 28.10.52, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da função de Chefe da Seção de Arquivo e Amostras, código DAI-111.2, e da gratificação adicional por tempo de serviço no percentual de 35% (trinta e cinco por cento), correspondente a 7 (sete) quinquênios, e

Nº 335 - DISPENSAR a função integrante das categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.2, de Chefe da Seção de Arquivo e Amostras da Agência Regional de São Paulo.

Nº 336 - ALTERAR a Portaria DICON 127/76, de 16 de março de 1976, publicada no Diário Oficial de 12.04.76, para declarar que a aposentadoria concedida a MANOEL GEREMIAS PEREIRA, Guarda nível 8, matrícula nº 2.207.459, lotado na Agência Local de Goiânia, seja considerada mediante a percepção de proventos proporcionais a 20 (vinte) anos de serviço, à razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, calculados sobre os vencimentos do nível 8, mais os respectivos acréscimos.

Nº 338 - REMOVER o servidor OSVALDO PINTO DO AMARAL, Agente Administrativo, classe "B", da Agência Regional de São Paulo para a de Santos mediante as vantagens regulamentares, e DESIGNAR-LO, para exercer a função integrante das categorias de Direção e Assistência Intermediária, código DAI-111.3, de Chefe da Divisão de Serviços Gerais da Agência Regional de Santos.

Nº 339 - DISPENSAR a servidora MARIA HELENA OTTONI GUEDES, Agente Administrativo-LT, de substituto eventual do Secretário Administrativo, código DAI-111.1, da Agência Regional de Belo Horizonte, e DESIGNAR-LA para exercer, como titular, a mesma função.

Nº 342 - DETERMINAR a instauração do competente Inquérito Administrativo, com fulcro nos artigos 493 e 494, da Consolidação das Leis do Trabalho, para apurar a responsabilidade da servidora EURIDICE LOPES SANTA RITA, Agente Administrativo, código-LT SA.801, Ref. 24, lotada no DECAF, acusada de abandono de emprego, eis que se ausentou do serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sujeita às sanções do artigo 482, letras "e" e "i", do regime consolidado.

Promoverá o processo a comissão composta dos servidores SERGIO JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA, HESTER BIRMAN GANTUS e EDVALDO DOS SANTOS, todos lotados nesta Administração Central, sob a presidência do primeiro.

Nº 345 - ALTERAR a Portaria DIRAI 645/76, de 2 de setembro de 1976, publicada no Diário Oficial de 20.09.76, para declarar que a aposentadoria concedida ao funcionário JOÃO ANTONIO FERRAZ CAVENAGHI, Servente, nível 5, matrícula nº 2.135.462, lotado na Agência Regional de Londrina, mediante a percepção de proventos proporcionais a 15 (quinze) anos de serviço, à razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, em decorrência do acréscimo de 270 dias, nos termos dos artigos 176, item II, da Lei nº 1711/52, com a nova redação dada pela Lei nº 6481/77.

HUGO LUIZ GURJÃO DE MELLO

PORTARIA DEPES DE 29.03.78

O chefe do Departamento de Pessoal do Instituto Brasileiro do Café, usando das atribuições que lhe confere a Portaria P.97, de 20.12.77, resolve:

Nº 349 - APOSENTAR o funcionário GASTÃO CÂMARGO DA FONSECA E SILVA, Agente de Comercialização de Café, classe C, código NM.1022.5, referência 29, lotado na Agência Regional do Rio de Janeiro, de acordo com os artigos 176, item III e 178, item I, alínea "b", da Lei 1711/52, mediante a percepção de proventos integrais, acrescidos da vantagem prevista no artigo 109 da Lei 4345/64, no percentual de 15% (quinze por cento) correspondente a 3 (três) quinquênios.

HUGO LUIZ GURJÃO DE MELLO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA nº 80 de 22 de março de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 e tendo em vista o que consta na Exposição de Motivos DASP/Nº 00032 de 09 de fevereiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1978, e conforme a autorização constante do Processo DASP nº 24538/77 de 01 de dezembro de 1977,

R E S O L V E:

Admitir, em virtude de habilitação em concurso público, para a Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aprovada consoante Decreto nº 76.344, de 29 de setembro de 1975, publicada no Suplemento do Diário Oficial de 2 de outubro de 1975, para o emprego de Auditor "A", código-LT-NS-934.4.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Sinval Martins dos Santos

2. A posse terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria no Diário Oficial.

3. A data de admissão a ser registrada na Carteira Profissional coincidirá com o primeiro dia de exercício do empregado admitido.

ALPHEU AMARAL

PORTARIA nº 81 de 22 de março de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 e tendo em vista o que consta na Exposição de Motivos DASP/ Nº 00032 de 09 de fevereiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1978, e conforme a autorização constante do Processo DASP nº 24538/77 de 01 de dezembro de 1977,

R E S O L V E:

Admitir, em virtude de habilitação em concurso público, para a Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aprovada consoante Decreto nº 76.344, de 29 de setembro de 1975, publicada no Suplemento do Diário Oficial de 2 de outubro de 1975, para o emprego de Técnico de Seguros "A", código LT-NS-935.4.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Antonio Carlos Souza Costa
2. Carlos Honorio Neves Martins
3. Paulo Cesar de Campos Cavalleiro
4. Maria Lucia Braga de Carvalho
5. Carlos Augusto Reverbel Falcão
6. Edson Avelino de Araújo
7. Fernando Constantino da Silva Magina
8. João Bruno Cavalcante Filho
9. Gilson da Penha Nunes da Silva
10. Maria Celia Carqueja Teixeira
11. Francisco Agostinho Bardaro
12. Maria Fernanda da Cruz Alves
13. Jezer de Oliveira Candido
14. Maria Aurineide de Paula Oliveira
15. Cicero Coelho Lapa
16. Deocleciano Paulo Nyari
17. Edmundo Teruyoshi Hirakawa
18. Paulo Sergio Nascimento Mamede
19. Fernandes Lima
20. Carmen Maria Duran Monteiro

NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Regina Maria Gondin Bezerra Vieira
2. Renee de Almeida Oliveira
3. Manoel de Souza Lobo

NO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. Helio Dias Affonso

NO ESTADO DO PARÁ

1. Ivani Maria da Silva Braga

2. A posse terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria no Diário Oficial.

3. A data de admissão a ser registrada na Carteira Profissional coincidirá com o primeiro dia de exercício do empregado admitido.

Alpheu Amaral

PORTARIA nº 82 de 22 de março de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 e tendo em vista o que consta na Exposição de Motivos DASP/Nº 00032 de 09 de fevereiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1978, e conforme a autorização constante do Processo DASP nº 24538/77 de 01 de dezembro de 1977,

R E S O L V E:

Admitir, em virtude de habilitação em concurso público, para a Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aprovada consoante Decreto nº 76.344, de 29 de setembro de 1975, publicada no Suplemento do Diário Oficial de 2 de outubro de 1975, para o emprego de Contador "A", código LT-NS-924.4.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Raimundo Nonato dos Santos
2. Jorge Thales Hemetério dos Santos
3. Sidney Ramos Ferreira
4. Martinho de Brito
5. Nelson Afif José Oaquim
6. Geraldo Maurício de Freitas
7. Nailene Capra
8. Julio Correia de Melo

2. A posse terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria no Diário Oficial.

3. A data de admissão a ser registrada na Carteira Profissional coincidirá com o primeiro dia de exercício do empregado admitido.

ALPHEU AMARAL

PORTARIA nº 83 de 22 de março de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 e tendo em vista o que consta na Exposição de Motivos DASP/Nº 00032 de 09 de fevereiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1978, e conforme a autorização constante do Processo DASP nº 24538/77 de 01 de dezembro de 1977,

R E S O L V E:

Admitir, em virtude de habilitação em concurso público, para a Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aprovada consoante Decreto nº 76.344, de 29 de setembro de 1975, publicada no Suplemento do Diário Oficial de 02 de outubro de 1975, para o emprego de Atuário "A", código LT-NS-925.4.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Delcio Rosalvo Oliva da Fonseca
2. Maria da Conceição Vives
3. Ana Maria de Almeida Lopes

2. A posse terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria no Diário Oficial.

3. A data de admissão a ser registrada na Carteira Profissional coincidirá com o primeiro dia de exercício do empregado admitido.

ALPHEU AMABAL

PORTARIA nº 88 de 29 de março de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001-01876/78,

R E S O L V E

Fazer cessar os efeitos, a partir de 01 de abril de 1978, da Portaria nº 104 de 26 de fevereiro de 1976, publicada no Diário Oficial de 12 de março de 1976, que designou MARIA ELVIRA DOS SANTOS SILVA, Agente Administrativo "B", código SA-801.3, do Quadro Permanente do Ministério da Indústria e do Comércio, para exercer a função de Secretário Administrativo do Diretor do Departamento Jurídico, código DAI-111.1, desta Autarquia.

ALPHEU AMARAL

PORTARIA nº 89 de 29 de março de 1978

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967,

R E S O L V E

Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 103, de 23 de maio de 1977, publicada no Diário Oficial de 2 de junho de 1977, que designou FREDERICO CARLOS FERNANDES, matr. LT0258, Técnico de Seguros "A", da Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados, para exercer a função de Diretor da Divisão de Controle dos Limites de Operações, do Departamento de Controle Econômico, código LT-DAI-111.3, desta Autarquia.

ALPHEU AMARAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Consultoria Geral

RELAÇÃO INPS/BR Nº 1/78

PORTARIA Nº 1 DE 6 DE ABRIL DE 1978

O CONSULTOR GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - INPS -, no uso das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 6º, do Anexo II da Portaria MPAS nº 954, de 1º de março de 1978, - D.O. de 9.3.1978

R E S O L V E:

101.1, nº 3.100.105, da Consultoria Geral do INPS, previsto no Anexo V - 2a. Parte - B, da Portaria MPAS nº 954/78.

Nomear PAULO DA SILVA CABRAL, Procurador - aposentado do antigo INPS, matrícula nº 86.244, para exercer o cargo, em comissão, de Coordenador Jurídico, Código LT-DAS-

JOSE ANTÔNIO LEAL CHAVES
Consultor-Geral

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

PORTARIA PRÉ-IAPAS-DPG Nº 125 de 28 de março de 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada no subitem 1.1 e item 4, do Ato de Serviço PRÉ-IAPAS nº 2, de 27 de janeiro de 1978,

R E S O L V E designar PAULO DA COSTA GADELHA, matrícula 1.054.758, ocupante do cargo de Agente Administrativo, código SA-801, Referência 32, do Quadro Permanente do IPASE, para exercer, em caráter provisório, na Divisão Imobiliária, do Departamento de Aplicação de Capital no Distrito Federal, integrada na Administração Unificada -PRÉ-IAPAS, a função de confiança de Chefe do Serviço de Compra e Venda de Imóveis, código DAI-111.2, nº 228.30.497, da Tabela Permanente do IPASE.

Ivankr Spolaor Antunes

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

Prazo: O prazo é de 12 (doze) meses, a começar em 05-12-1977 e terminar em 04-12-1978.

Valor: O valor do presente Convênio é de Cr\$ 295.950,00 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta cruzeiros).

Súmula de Convênio de Semiquificação Profissional.

Dotação Orçamentária: Código 14.21.1.

Elemento Despesa: 3.1.3.2.

Nota de Empenho: 6791.

Partes: Mobral, representado por seu Secretário-Executivo, Sérgio Marinho Barbosa e a Secretaria de Estado de Relações do Trabalho representada por seu Secretário de Estado, Jorge Maluly Neto.

Foro: Fica eleito o Foro da cidade de São Paulo - SP.

Data e Local de Assinatura: Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1977.

Ofício 673-78.

Objeto: O presente tem por objeto o treinamento de 1.170 trabalhadores rurais.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

EXTRATO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA

ESPÉCIE : Termo de Transferência que entre si celebram a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o Governo do Estado de Mato Grosso, representado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

OBJETO : Transferência de recursos provenientes do PRODEPAN, destinados ao Programa de Energia, no valor de Cr\$ 8.425.000,00 (oito milhões quatrocentos e vinte e cinco mil cruzeiros), con. ante da Exposição de Motivos nº 134, aprovada em junho de 1977 pelo Senhor Presidente da República, concernente à programação financeira do PRODEPAN, para repasse ao GOVERNO e utilização para as obras finais da CEMAT - Centrais Elétricas de Mato Grosso.

CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA : Os recursos de que trata este Termo, no montante de Cr\$ 8.425.000,00 (oito milhões quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros), são provenientes do FDAE, Exposição de Motivos nº 134, de 13 de junho de 1977 e 069-B/74, 02 de maio de 1974 e destinados ao Programa de Energia.

VALOR : Cr\$ 8.425.000,00 (oito milhões quatrocentos e vinte e cinco mil cruzeiros).

PRAZO : 03 (três) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. (Empenho nº 12)

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

"EXTRATO DO CONTRATO"

"Extrato do Contrato nº 01/78: Processo 10-020/11.138/78 - 10-000/20.088/78 - Tomada-de-Preços nº 01/78. Na forma da decisão exarada às folhas 53 do processo citado, foi firmado em 08.03.78, o contrato nº 01/78, entre o INPS (Agência em Campo Grande-Mt) e a firma Segurança Bancária, Industrial e de Valores Ltda. - SEBIVAL, para prestação de serviços de custódia, pelo prazo de 12 (doze) meses e valor global de CR\$ 442.800,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e oitocentos cruzeiros). A despesa correrá à conta da dotação orçamentária própria, tendo sido emitida, para o período de 08.03.78 a 31.12.78, a Nota de Empenho número 15/78, correspondente ao Custo 010, elemento 313 e subelemento 19. Será providenciado o empenho na dotação orçamentária própria, com referência ao período de 01.01.79 a 07.03.79". (Of. 119- AN)

CENTRAL DE MEDICAMENTOS

EXTRATO

Extrato do Contrato que entre si celebram a CENTRAL DE MEDICAMENTOS e a FUNDAÇÃO ATAULPHO DE PAIVA, para fornecimento à primeira, pela segunda, de produtos biológicos. MODALIDADE - Dispensa de Licitação. Nº DOCUMENTO - CT-CODEPRO.060/78 Data Assinatura 22.03.78 ORÇAMENTO FUNCME - 1978 ELEMENTO DE DESPESA - 3.1.2.0. Empenho nº 255 Data 22.03.78 VALOR - Cr\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil cruzeiros) Vigência - A partir de sua publicação no Diário Oficial da União, até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 06 de abril de 1978.

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Administração

Departamento de Administração de Recursos Materiais

COMUNICADO DEMAP Nº 220

O BANCO CENTRAL DO BRASIL comunica que fará realizar a TOMADA DE PREÇOS DEMAP Nº 78/18, cujo Edital assim se resume:

OBJETO: Execução de serviços de impressão.

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Serão recebidas no dia 26.04.78, às 10:00 horas - Setor Bancário Norte - Edifício Palácio da Agricultura - sobreloja, em Brasília (DF).

HABILITAÇÃO: As firmas interessadas poderão inscrever-se no Serviço de Registro de Fornecedores do Banco Central até o dia 19.04.78.

CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Diariamente, das 14:00 às 17:00 horas, no seguinte endereço:

- SBN, Edifício Engenheiro Paulo Maurício Sampaio - sobreloja, em Brasília (DF).

Brasília (DF), 03 de abril de 1978.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

17º Distrito Rodoviário Federal

EDITAL

O 7º Distrito Rodoviário Federal comunica que, face o constante do processo nº 309.604-76, foi determinada a rescisão contratual do Agente de Patrulha Rodoviária Elio Gomes da Silva, matrícula nº 72.191, nº de ordem 3.966.

Para regularizar sua obrigação, deverá o Agente acima mencionado comparecer ao Serviço de Pessoal do 7º DRF, localizado no Centro Rodoviário - R. DNER, no km 0 (zero), da Rodovia Presidente Dutra, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, findo o qual o DNER-7º DRF, promoverá as medidas regularizadoras de interesse da autarquia.

Ofício nº 150-78

EDITAL

O 7º Distrito Rodoviário Federal, comunica que, face o constante do processo nº 313.508-77, foi determinada a rescisão contratual dos seguintes Agentes de Patrulha Rodoviária:

Nome	Nº matrícula	Nº ordem
01. — Francisco Tavares	—	71.770 — 1.439
02. — Dídimo Sancho Flores	—	71.987 — 1.588
03. — Jorge José de Souza Ferreira	—	72.095 — 3.153
04. — Carlos Alberto Viana	—	72.525 — 5.296
05. — Carlos Alberto Lessa	—	72.563 — 6.041
06. — Carlos Alberto de Oliveira	—	72.564 — 6.042

Para regularizar suas obrigações, devem os Agentes acima mencionados, comparecer ao Serviço de Pessoal do 7º DRF, localizado no Centro Rodoviário - RJ, no km 0 (zero) da Rodovia Presidente Dutra, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, findo o qual o DNER-7º DRF promoverá as medidas regularizadoras de interesse da autarquia. Ofício nº 161-78

MINISTÉRIO DO INTERIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Ata nº 16-78

Ata da reunião da Comissão Geral de Licitações, para recebimento dos envelopes de documentação e de proposta

da Concorrência nº 16-78, referente à execução da 3ª etapa dos serviços de revestimento em concreto armado do Ribeirão Bauru, no município de Bauru, Estado de São Paulo, 9ª Diretoria Regional do DNOS (9ª DRS), conforme Avisos publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I, do dia 27 de fevereiro de 1978, página nº 11 e nos órgãos de divulgação "O Globo" do dia 25 de fevereiro de 1978 e "O Estado de São Paulo" do dia 23 de fevereiro de 1978, respectivamente, nas cidades do Rio de Janeiro-RJ e de São Paulo-SP.

As quinze horas do dia trinta de março de mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se na Sede deste Departamento, sito à Avenida Presidente Vargas nº 62, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a Comissão composta pelo Engº Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo, como Presidente, pelo Procurador Eden Barros Dias e pelos Engºs José Perivalva de Carvalho e Isaac Kogut, como Membros e pelo Agente Administrativo Humberto Lopes Potyguara da Silva, servindo de Secretário.

Declarada aberta a sessão, o Senhor Presidente esclareceu aos presentes que a Comissão iria receber os envelopes contendo documentação e proposta, referentes ao Edital da Concorrência nº 16-78, tendo comparecido e entregue os referidos envelopes, os representantes das firmas Construtora Clivaldo Pessoa Henriques Ltda., Construtora de Obras de Engenharia Ltda. - COBEL, Sanesul Construtora Saneamento do Sul Ltda., Construtora E. O. S. Ltda., Método Engenharia Ltda., COPEC - Construções e Projetos de Engenharia Civil Ltda. e Jofege - Pavimentação e Construção Ltda.

Dando continuidade aos trabalhos, a Comissão e os representantes das firmas participantes, rubricaram devidamente os envelopes lacrados das propostas apresentadas, tendo o Senhor Presidente informado que os envelopes permaneceriam fechados sob a guarda da Comissão, conforme determina o Edital de Concorrência nº 16-78.

Após rubricados os envelopes, posta a Comissão procedeu a abertura dos envelopes de documentação, efetuando a verificação numérica dos documentos apresentados. Em seguida, o Senhor Presidente colocou toda a documentação à disposição dos representantes das firmas participantes e indagou se deseavam fazer alguma declaração para constar da Ata da reunião. Não havendo declarações, o Senhor Presidente comunicou que a Comissão iria efetuar posteriormente o exame da documentação, e convocou os representantes das firmas concorrentes para nova reunião no mesmo local às quinze horas do dia seis de abril do corrente ano, quando a Comissão apresentará seu Parecer sobre a habilitação dos participantes, conforme estabelece o item quatro, Capítulo III, do Edital convocatório.

Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão às quinze horas e quarenta e cinco minutos, autorizando-me como Secretário, a lavrar a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Membros da Comissão. Rio de Janeiro, trinta de março de mil nove-

centos e setenta e oito. *Humberto Lopes Potyguara da Silva* (Secretário). *Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo* (Presidente). *Eden Barros Dias* (Procurador Membro). *José Peraiwa de Carvalho* (Engenheiro Membro). *Isac Kogut* (Engenheiro Membro).

RESOLVE

Homologar o resultado final do processo seletivo a que foi submetido o pessoal abaixo relacionado, concorrente a categoria funcional de Agente Administrativo, pela Instrução Normativa nº 67/77-DASP, para efeito de inclusão do Plano de Classificação de Cargos, instituída pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

NOME	NOTA
Elza Ornellas Dias	97,5
Ligia Gonçalves Guimarães	92,5
Edith Soares Gonçalves	90,0
Clenito Cesar Fachine	82,5

Brasília-DF., 04 de abril de 1978

ANTONIO LÚCIO BRESSANE BARROS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CENTRAL DE MEDICAMENTOS

Divisão do Pessoal

EDITAL

O CHEFE DA DIVISÃO DO PESSOAL, no uso de suas atribuições e considerando o que dispõe o Ofício Circular nº 7/78-DASP,

ÍNDICES

— DA —

Revista Trimestral de Jurisprudência

— DO —

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Volumes 42 a 56 (Outubro de 1967 a junho de 1971)

Preço: Cr\$ 26,00

Volumes 57 a 72 (Julho de 1971 a julho de 1975)

Preço: Cr\$ 100,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,00